



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018|2020

Gestão do Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos



CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

RELATÓRIO DE GESTÃO 2018|2020

Gestão do Desembargador Fernando Cerqueira Norberto dos Santos







COMPOSIÇÃO

FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
CORREGEDOR GERAL DA JUSTIÇA

FREDERICO DE MORAIS TOMPSON
JUIZ ASSESSOR ESPECIAL

FERNANDA PESSOA CHUAHY DE PAULA
JUÍZA ASSESSORA ESPECIAL

SÔNIA STAMFORD MAGALHÃES MELO
JUÍZA CORREGEDORA AUXILIAR DA 3º ENTRÂNCIA

PAULO VICTOR VASCONCELOS DE ALMEIDA
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR DA 2º ENTRÂNCIA

MARCUS VINICIUS NONATO RABELO TORRES
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR DA 1º ENTRÂNCIA

CARLOS DAMIÃO PESSOA COSTA LESSA
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR PARA O SERVIÇO
EXTRAJUDICIAL DA CAPITAL

JANDUHY FINIZOLA DA CUNHA
JUIZ CORREGEDOR AUXILIAR PARA O SERVIÇO
EXTRAJUDICIAL DO INTERIOR



EXPEDIENTE

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO DA CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

Jornalistas responsáveis - Edição e revisão de textos: Jozzil dos Anjos Barros e Rebeka Maciel | Ascom CGJ

Projeto gráfico, artes e diagramação: Natalie Jesus | Ascom CGJ

Fotos: Assis Lima | Ascom TJPE

Agências: Rodrigo Moreira e Cacoete Produções

Banco de imagens: TJPB | TJPR | TJSP

Composição	5
Palavra do Corregedor	9
Corregedoria amplia uso do SiCor para auxiliar na gestão das unidades	12
Troca de experiências durante Encoges ajuda a aperfeiçoar a atuação da Corregedoria	16
80º Encoge em Pernambuco discute eficiência, gestão e tecnologia	22
Provimento da CGJ-PE que trata de fraude previdenciária serve de base para a Lei nº 13.846/2019	25
Corregedoria premia mais de 130 unidades com Selo Gestão Eficiente por desempenho em 2018	26
Unidades judiciais no Recife zeram número de processos críticos em gabinetes e secretarias	29
Sicase ganha novas funcionalidades	30
Corregedor Fernando Cerqueira instala Conselho de Ex-Corregedores	32
Programa de regularização fundiária beneficia famílias com títulos de propriedade	36
Autoinspeção dá celeridade a processos	40
Agilidade para julgamentos por meio de videoconferência	42
Núcleo de Enfrentamento da Meta 4 já sentenciou 926 ações de improbidade administrativa e crimes contra a Administração Pública	44
TJPE firma convênio com a Prefeitura de Gravatá para desjudicializar cobrança de débitos	47
Encontros Regionais realizados pela Presidência e pela CGJ buscaram aperfeiçoar prestação jurisdicional	48
Corregedoria atende mais de 4 mil pessoas concedendo certidões gratuitas	50
Inspecções tornam atividades em unidades judiciais mais ágeis e eficientes	52
Agilidade é foco das atividades das Assessorias Especial e Técnica da Corregedoria	55
Justiça Eficiente garante apoio para aprimorar gestão em unidades judiciais	60
Presidência e CGJ realizam ação para regularizar serviço na central de mandados do Fórum do Recife	66
Serviço extrajudicial ganha reforço com nomeação de 50 novos delegatários	68
Leilões de bens apreendidos realizados pela Corregedoria resultam em mais de 600 veículos arrematados	70
Sala de Controle em Tempo Real amplia capacidade de monitoramento de unidades judiciais pela Auditoria de Inspeção	72
CGJ prevê mecanismos de controle sobre as atividades de magistério por magistrados	74
Corregedoria e associações de notários e registradores lançam fascículos atualizados sobre serviços extrajudiciais	75
Fiscalização em serventias extrajudiciais busca maior eficiência na prestação do serviço à população	77



PLANEJAMENTO E AÇÃO POR UM JUDICIÁRIO ÁGIL E EFICAZ

Assumimos a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, há dois anos, com a missão de tornar o Judiciário ágil e eficaz, uma grande, senão a maior, demanda da sociedade. Partindo desta premissa, todos os nossos projetos, esforços e ações foram direcionados para aprimorar a gestão nas unidades judiciais, com planejamento estratégico e tecnologias que permitem melhorar a prestação jurisdicional ofertada à população.

Buscamos ir além da missão do órgão, de fiscalização, disciplina, controle e orientação dos serviços judiciais do Estado de Pernambuco, mas ser parte atuante na solução dos problemas enfrentados pela Justiça. Fomentamos e consolidamos o uso de ferramentas de gestão, como o Sistema de Informações da Corregedoria (SiCor), que permite o acompanhamento remoto e em tempo real de todo o acervo de cada unidade jurisdicional, o que resulta em uma prestação mais eficaz.

Lançamos o Programa Justiça Eficiente, que alcançou mais de 90 unidades judiciais que estavam sobrecarregadas, garantindo apoio, capacitação e auxiliando as varas a aprimorar a gestão processual e cartorária com impacto na taxa de congestionamento do Estado.

A entrega de 300 títulos de propriedade a famílias de Timbaúba por meio do Programa Moradia Legal foi outro objetivo cumprido. Uma ação fundamental para assegurar o direito à titulação de imóveis públicos ou particulares, ocupados pela população de baixa renda. Nomeamos mais de 50 delegatários, que assumiram serventias do Extrajudicial em todo o Estado, reforçando a prestação de serviço ofertada à população.

Buscando iniciativas que pudessem ser adotadas pelo Judiciário pernambucano, durante nossa gestão, participamos de todos os Encontros de Corregedores do país, sediamos um no Recife, além de garantirmos assento na Presidência do Colégio de Corregedores de Justiça. Fizemos deste momento uma oportunidade para trocar experiências e avançar.

Muitos desafios foram enfrentados neste período, mas seguimos superando cada obstáculo com a colaboração, o empenho e o trabalho de todos que fizeram e fazem parte não só desta Corregedoria, mas de todo o TJPE, desembargadores, juízes e servidores.

Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

GESTÃO



CORREGEDORIA AMPLIA USO DO SICOR PARA AUXILIAR NA GESTÃO DAS UNIDADES

O sistema permite o acompanhamento remoto e em tempo real de todo o acervo de cada unidade jurisdicional

A gestão do corregedor geral da Justiça, desembargador Fernando Cerqueira, apostou em ferramentas de tecnologia para aprimorar a gestão nas unidades judiciais. Assim, fomentou e consolidou o uso do Sistema de Informações da Corregedoria (SiCor) por magistrados e servidores de todo o Estado. A ferramenta permite o acompanhamento remoto e em tempo real de todo o acervo de cada unidade jurisdicional, identificando o processo desde seu nascedouro até o desenvolvimento, paralisação momentânea e atos praticados no sentido de promover o julgamento.

Criado durante a gestão do desembargador Antonio Melo, o sistema reúne informações sobre processos na secretaria e gabinete parados há mais de 100 dias, casos novos, pendentes, baixados,



Décima Sétima Vara Cível da Capital - SEÇÃO X

Recife - Cível

PROCESSOS MAGISTRADOS E SERVIDORES

NPU Expediente

Somente Descarta Ignora

Secretaria Crítico PSC Secretaria PSE
 Concluso Crítico POC Concluso CON
 PJE JUDWIN
 Sentenciado Suspensão
 Prioridade Justiça Gratuita \$
 Meta 1 Liminar

Meta 2

Dados atualizados até 02/11/2019 (JUDWIN) e 03/11

FILTRO APLICADO: Somente Concluso; Somente Sentenciado; Somente Prioridade;
9 PROCESSOS ENCONTRADOS.

<input type="checkbox"/>	NPU/EXPEDIENTE	CLASSE ASSUNTUO	TAREFA/FASE COMPLEMENTO	ALTIUADO	DUT(PJE)	DUM	PAI
<input type="checkbox"/>	0099999-99.2016.8.17.2001 CON	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA LIMINAR	MINUTAR DESPACHO [PAJP] / Petição JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO EM PDF	21/06/2016 dias	17/09/2019 49 dias	31/10/2019 5 dias	17
<input type="checkbox"/>	0099999-99.2015.8.17.2001 CON	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA CONTRATOS BANCÁRIOS	MINUTAR DESPACHO [PAJP] / Petição JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO EM PDF	19/11/2015 dias	19/09/2019 47 dias	28/10/2019 8 dias	19
<input type="checkbox"/>	0099999-99.2016.8.17.2001 CON	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COBRANÇA DE ALUGUEIS - SEM DESPEJO	MINUTAR DESPACHO [PAJP] / Petição JUNTADA DE PETIÇÃO DE PETIÇÃO	09/06/2016 dias	23/09/2019 43 dias	24/10/2019 12 dias	23
<input type="checkbox"/>	0099999-99.2016.8.17.2001 CON	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA COBRANÇA INDEVIDA DE LIGAÇÕES	MINUTAR DESPACHO [PAJP] / Conclusão CONCLUSOS PARA DESPACHO	20/06/2016 dias	08/10/2019 28 dias	08/10/2019 28 dias	28
<input type="checkbox"/>	0099999-99.2016.8.17.2001 CON	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL ARRAS OU SINAL	MINUTAR DESPACHO [PAJP] / Conclusão CONCLUSOS PARA DESPACHO	10/05/2016 dias	09/10/2019 27 dias	09/10/2019 27 dias	27
<input type="checkbox"/>	0099999-99.2018.8.17.2001 CON	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO	MINUTAR DESPACHO [PAJP] / Conclusão CONCLUSOS PARA DESPACHO	30/08/2018 dias	10/10/2019 26 dias	10/10/2019 26 dias	26
<input type="checkbox"/>	0099999-99.2018.8.17.2001 CON	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL RESCISÃO DO CONTRATO E DEVOLUÇÃO DO DINHEIRO	MINUTAR DESPACHO [PAJP] / Conclusão CONCLUSOS PARA DESPACHO	20/11/2018 dias	16/10/2019 20 dias	16/10/2019 20 dias	20
<input type="checkbox"/>	0099999-99.2018.8.17.2001 CON	PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL ABATIMENTO PROPORCIONAL DO PREÇO	MINUTAR DESPACHO [PAJP] / Conclusão CONCLUSOS PARA DESPACHO	15/02/2018 dias	29/10/2019 7 dias	29/10/2019 7 dias	7
<input type="checkbox"/>	0099999-99.2019.8.17.2001 CON	CUMPRIMENTO DE SENTENÇA INDENIZAÇÃO POR DANO MORAL	CONFERÊNCIA INICIAL (URGÊNCIA) [B] / Conclusão CONCLUSOS PARA DECISÃO	14/01/2019 dias	01/11/2019 4 dias	01/11/2019 4 dias	01/11/2019 4 dias

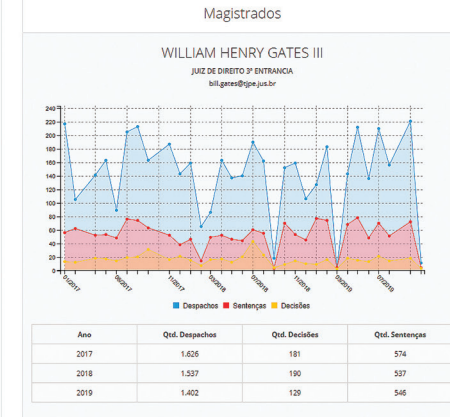
9 registros encontrados.

Anterior Próxima

Décima Nona Vara Cível da Capital - SEÇÃO X

Recife - Cível

PROCESSOS MAGISTRADOS E SERVIDORES



Quadro de Servidores

Técnicos(s)	Analista(s)	A disposição	Estagiário(s)	Oficial(is)
2	4	0	0	0

MATRICULA	NOME/EMAIL	CARGO/DESIGNAÇÃO
1899999	MARIA DE MEDEIROS QUEIROZ maria.queiroz@tjpe.jus.br	TECNICO JUDICIARIO - TPJ CH SECRETARIA UNIDADE JUDICIARIA/FCSJ-1
1899999	FERNANDA CARDOSO BORGES fernanda.borges@tjpe.jus.br	TECNICO JUDICIARIO - TPJ ASSESSOR MAGISTRADO 2ºFGAM
1899999	MARTINA PIMENTEL RODRIGUES martina.pimentel@tjpe.jus.br	ANALISTA JUD/FUNCAO JUD - APJ
1899999	GIOVANNA ALMEIDA LIMA giovanna.lima@tjpe.jus.br	ANALISTA JUD/FUNCAO ADM - APJ CHEFE DE SECRETARIA-ADJUNTO / FCSJ-2
1899999	HENRIQUE GONCALVES DA SILVA henrique.silva@tjpe.jus.br	ANALISTA JUD/FUNCAO JUD - APJ ASSESSOR MAGISTRADO/FGAM
1899999	ROBERTO AUGUSTO BARRETO roberto.barreto@tjpe.jus.br	ANALISTA JUD/FUNCAO JUD - APJ SUBST ASSESSOR MAGISTRADO 2ºFGAM

ATI - Assessoria de Tecnologia

taxas de congestionamentos, relação dos servidores e magistrados de cada unidade, evolução do quantitativo de sentenças, despachos e decisões dos juizes e processos vinculados às diretorias do Tribunal. Também é possível visualizar detalhes dos processos como as partes e históricos de movimentações.

“Essa ferramenta possibilita uma melhor gestão das varas com informações essenciais e objetivas. Com o panorama geral de sua unidade, os magistrados e servidores podem ter um planejamento para atuar de forma mais produtiva e eficiente”, afirma o corregedor geral. Ao longo de sua gestão, o desembargador



Corregedor buscou impulsionar processos críticos

Fernando Cerqueira buscou impulsionar, através da ferramenta, junto com magistrados e servidores, os processos que tivessem como parte idosos, portadores de doenças graves, crianças e adolescentes, além dos considerados críticos.

De acordo com o assistente de Tecnologia da Informação da Corregedoria, Rodrigo de Medeiros, o sistema, desenvolvido e mantido pela Assessoria de Tecnologia da CGJ, também é utilizado pela Auditoria de Inspeção de modo a permitir o monitoramento remoto das unidades judiciais, diminuindo a necessidade e, conseqüentemente, os gastos com deslocamento dos magistrados e auditores para as varas e juizados de todo o Estado.

“O SiCor tornou-se a ferramenta oficial das Semanas da Autoinspeção de 2018 e 2019 e também de suporte ao planejamento do Programa Justiça Eficiente da Corregedoria. Ele integra informações dos sistemas

820 unidades monitoradas

4.007 grupos de impulsionamentos criados

746.998 processos impulsionados dos grupos

3.582 usuários ativos, entre magistrados e servidores

SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA CORREGEDORIA

DESENVOLVIDO E MANTIDO PELA ASSESSORIA DE TECNOLOGIA DA CORREGEDORIA

INTEGRA INFORMAÇÕES DOS SISTEMAS DE TRAMITAÇÃO DE PROCESSOS (JUDWIN/JUIZADOS FÍSICOS, PJE 1º GRAU E PJE JUIZADOS), ALÉM DE INFORMAÇÕES DE GESTÃO DE PESSOAS

A PRIMEIRA VERSÃO ENTROU EM FUNCIONAMENTO EM DEZEMBRO DE 2017

FERRAMENTA OFICIAL DAS SEMANAS DA AUTOINSPEÇÃO DE 2018 E 2019

É UTILIZADO POR TODAS AS UNIDADES DO ESTADO COMO FERRAMENTA DE APOIO À AUTOGESTÃO DA VARAS, JUIZADOS E DIRETORIAS

de tramitação de processos físicos (JUDWIN/Juizados Físicos) e dos sistemas PJE 1º Grau e PJE Juizados. Além disso, integra as informações dos recursos humanos do Tribunal de Justiça de Pernambuco, permitindo identificar as unidades de cada servidor e magistrados, assim como suas acumulações”, explicou.

O assessor de Tecnologia da Informação da Corregedoria, Alan Teles, afirmou que, na medida em que o sistema expõe os entraves próprios da administração, também possibilita os respectivos meios para solução. “Corregedoria, magistrados e servidores têm, portanto, o conhecimento do setor deficiente da unidade e, assim, promovem esforços concentrados e específicos para a melhoria da prestação jurisdicional. E a Assessoria

TAMBÉM É USADO POR JUÍZES CORREGEDORES E PELA AUDITORIA DE INSPEÇÃO PARA O MONITORAMENTO REMOTO DAS UNIDADES JUDICIAIS

É UTILIZADO COMO FERRAMENTA DE SUPORTE AO PLANEJAMENTO DO PROGRAMA JUSTIÇA EFICIENTE DA CORREGEDORIA

DISPONIBILIZA INFORMAÇÕES SOBRE O ACERVO, PROCESSOS NA SECRETARIA E GABINETE PARADOS HÁ MAIS DE 100 DIAS, CASOS NOVOS, PENDENTES, BAIXADOS, TAXAS DE CONGESTIONAMENTOS, RELAÇÃO DOS SERVIDORES E MAGISTRADOS DE CADA UNIDADE, EVOLUÇÃO DO QUANTITATIVO DE SENTENÇAS, DESPACHOS E DECISÕES DOS MAGISTRADOS, PROCESSOS VINCULADOS ÀS DIRETORIAS DO TRIBUNAL

TAMBÉM PERMITE VISUALIZAR DETALHES DOS PROCESSOS, COMO AS PARTES E HISTÓRICOS DE MOVIMENTAÇÕES

DISPÕE DE GRUPOS DE IMPULSIONAMENTO, QUE PERMITEM A CORREGEDORIA CRIAR LISTAS DE PROCESSOS COM CRITÉRIOS ESPECÍFICOS

de Tecnologia executa melhorias contínuas na usabilidade, fluidez e na qualidade das informações prestadas para auxiliar nesse trabalho”, destacou.

Para o juiz Sérgio Paulo Ribeiro, titular da 20ª Vara Cível da Capital, a ferramenta foi um acréscimo positivo. “Nós podemos gerenciar todo estoque de processos, nosso acervo, em que ponto devemos dar mais atenção. Temos uma visão nítida de quais casos estão em estado crítico”, pontuou.

O sistema foi apresentado durante a 2ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário para magistrados de todo o País. Segundo o corregedor Fernando Cerqueira, muitos tribunais demonstraram interesse na ferramenta. “O desenvolvimento do SiCor representou um grande avanço. Precisamos de mais ferramentas como esta, com qualidade nas informações ofertadas a magistrados e servidores, para aprimorar a gestão no Judiciário, tornando o Poder ágil e eficiente”, concluiu. ◆

TROCA DE EXPERIÊNCIAS DURANTE ENCOGES AJUDA A APERFEIÇOAR A ATUAÇÃO DA CORREGEDORIA





O desembargador Fernando Cerqueira também foi eleito para o cargo de presidente do Colégio Permanente de Corregedores Gerais de Justiça do Brasil (Ccoge)

A troca de experiências com Corregedorias de outros Estados e com a Corregedoria Nacional de Justiça foi uma das prioridades da gestão do corregedor Fernando Cerqueira. Durante o seu biênio, sediou em Pernambuco o 80º Encontro Nacional de Corregedores do País, além de ter participado de todas as reuniões realizadas no país durante esse período.

“Entendo que os encontros possibilitam a congregação de magistrados de Estados com realidades, necessidades e características tão diversas, que, ante a diversidade de ideias e boas práticas existentes em cada corregedoria estadual, cria-se um ambiente proveitoso para o aprimoramento da atuação correicional”, explicou Fernando Cerqueira.

O corregedor de Pernambuco também foi eleito para o cargo de vice-presidente do Colégio Permanente de Corregedores Gerais de Justiça do Brasil (Ccoge) e, posteriormente, para o cargo de presidente do Colégio. Sua atuação teve como proposta propiciar o aperfeiçoamento da atividade correicional, a partir do conhecimento de projetos de outros estados e de discussões sobre temas relevantes para o serviço judicial.

O magistrado participou das reuniões realizadas nos Estados do Pará, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de São Paulo e do Paraná, além de ter recebido o 80º Encoge em Pernambuco. Os encontros reuniram corregedores gerais que atuam em 26 estados brasileiros e do Distrito Federal, além de contarem com a presença de ministros do Supremo Tribunal Federal, do Superior Tribunal de Justiça, do corregedor nacional da Justiça, ministro Humberto Martins, e de conselheiros do Conselho Nacional da Justiça.

Em seus pronunciamentos durante os encontros, o ministro Humberto Martins abordou as metas do Poder Judiciário e destacou a importância do planejamento e gestão das ações dos Tribunais de Justiça. Também ressaltou que os magistrados

ALÉM DE DEBATER BOAS PRÁTICAS, OS ENCONTROS BUSCARAM DISCUTIR TEMAS RELEVANTES PARA A ATUAÇÃO DAS CORREGEDORIAS



São Paulo recebeu o 81º Encoge



brasileiros possuem um forte papel de gestores dos tribunais e de seus órgãos jurisdicionais. De acordo com o ministro, os magistrados deverão radicalizar os processos de inovação na gestão de suas unidades e no conjunto da Justiça.

“A magistratura será uma das funções mais desafiadoras do nosso século XXI. Não existe mais espaço para um papel do magistrado como aplicador lógico e mecânico de leis aos casos concretos. Esse papel é passível de substituição por sistemas automatizados. O magistrado do futuro será um humanista com forte capacidade de gestão e de interação social”. A afirmação foi feita pelo ministro durante conferência magna proferida no 81º Encontro Nacional do Colégio Permanente de Corregedores Gerais (Encoge), em São Paulo.

Além de debater boas práticas, os encontros buscavam discutir temas relevantes para a atuação das Corregedorias. No 77º Encoge, foram realizadas palestras sobre temas como fiscalização do serviço extrajudicial, os critérios para a interdição de estabelecimentos prisionais, atividades de otimização da judicialização da saúde, a jurisprudência de Strasbourg e da Corte



Interamericana de Direitos Humanos.

No 78º Encoge, foram discutidas a uniformização de normas, a padronização de procedimentos e de rotinas para melhoria do desempenho nas comarcas. Também foi debatida a conduta dos magistrados nas redes sociais e a eficiência do juiz nas unidades jurisdicionais.

No Rio Grande do Norte, o 79º encontro teve como tema *A Corregedoria como Instrumento de Gestão do Poder Judiciário*. O objetivo foi abordar a função gestora das Corregedorias como órgãos integrantes da Justiça ao favorecer, com sua estrutura administrativa, a otimização da prestação jurisdicional.

O 80º Encoge, sediado em Pernambuco, discutiu eficiência, gestão e tecnologia, buscando propostas de melhoria para uniformização e eficiência da atuação jurisdicional, além de fortalecer o papel institucional dos órgãos de controle e correção da atividade judicial.

Em São Paulo, entre os temas debatidos durante o 81º encontro, esteve a *Missão correicional na era da incerteza, o Depoimento especial e o Trampo justo – a inserção dos acolhidos no mercado de trabalho como*

meio de desenvolvimento da autonomia.

No Paraná, o 82º Encoge destacou a atividade extrajudicial, debatendo *Estudo sobre a incidência do ISS em serventias vagas, sob designação de interinos* e o *Apoio, fomento e difusão do Sistema de Biometria para a atividade extrajudicial*.

Programa de Corregedorias – Durante sua gestão, o corregedor Fernando Cerqueira também foi eleito secretário-executivo da Rede de Corregedorias, uma iniciativa do Programa de Fortalecimento de Corregedorias (PROCOR), promovido pela Corregedoria-Geral da União (CGU). A Rede, instituída pela Portaria nº 1.000, de 28 de fevereiro de 2019, é composta pelas corregedorias-gerais de Estados, de capitais estaduais e de outros poderes que aderirem ao PROCOR, e ainda pela CGU, que representa as corregedorias do Poder Executivo Federal. O grupo se reúne periodicamente para debater temas de interesse das corregedorias e para traçar estratégias conjuntas de atuação. ◆

ENCOGE - o Encontro Nacional de Corregedores Gerais de Justiça acontece, desde 1994, a cada quatro meses. O objetivo dos encontros é estimular a troca de experiências, o compartilhamento de conhecimento e, principalmente, a busca de alternativas para aprimorar a prestação dos serviços judiciais e extrajudiciais dos Estados e do Distrito Federal, além de promover a celeridade processual e a aproximação da Justiça com a população. Fomentando o debate acerca de temas atuais, busca também projetar ações criativas e de modernização, contribuindo para a prestação jurisdicional mais uniforme em todo o Brasil.

CCOGE - Criado em 1994, através de projeto do Desembargador Décio Erpen, do Rio Grande do Sul, e fundado no Rio de Janeiro, no Hotel da Glória, em 12 de dezembro de 1994, o Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (CCOGE) cumpre sua missão de aperfeiçoamento e melhoria da prestação jurisdicional e extrajudicial no âmbito das Corregedorias-Gerais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal.

Tem por finalidade, ainda, a fixação de diretrizes, uniformização de métodos e critérios administrativos, respeitada a autonomia e peculiaridades regionais; o incentivo e o intercâmbio de boas práticas adotadas pelas Corregedorias de Justiça, objetivando à celeridade processual e aproximação da Justiça com a população; o estudo e o aprofundamento dos temas e das questões relacionadas à atividade correicional; o debate de problemas e proposição de soluções ao corregedor nacional de Justiça e a defesa da autonomia administrativa e financeira das corregedorias-gerais.

Com foro na cidade de Brasília, O CCOGE tem sede administrativa na Capital da unidade da Federação na qual o presidente exercer a magistratura.

ALGUMAS DELIBERAÇÕES APROVADAS NOS ENCOGES REALIZADOS ENTRE 2018 E 2019

INCENTIVAR

o desenvolvimento de sistemas de gestão integrada na execução penal, de modo a otimizar o gerenciamento de vagas no sistema prisional, bem como uniformizar critérios para interdição de presídios;

SUGERIR

a instituição de indicadores e projetos de mensuração e otimização da arrecadação de receitas públicas judiciais e extrajudiciais, objetivando o aprimoramento dos mecanismos de sustentabilidade econômica do Poder Judiciário, especialmente no âmbito das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau;

REAFIRMAR

importância do tratamento estratégico das unidades judiciárias com ações de planejamento e gestão alinhadas com projetos de aperfeiçoamento continuado para magistrados e servidores;

FOMENTAR

junto aos poderes públicos a criação de mecanismos necessários a tolher a atuação do crime organizado no País, inclusive com a implementação de varas especializadas;

CRIAR

mecanismos de redução do prazo de comunicação de nascimento e óbito pelo serviço do extrajudicial, por todas as Corregedorias Gerais de Justiça em cooperação interinstitucional com o INSS — Instituto Nacional do Seguro Social, para o combate à fraude previdenciária;

DISCIPLINAR

o teletrabalho por normas rígidas, com o fito de alinhar o interesse público à eficiência do serviço judiciário;

ESTIMULAR

as unidades judiciais a adotarem sistema de triagem, segundo a maior ou menor complexidade dos processos, como metodologia para incrementar a produtividade, reduzir o tempo de tramitação dos feitos mais simples e proporcionar maior tempo de dedicação do juiz para enfrentar os processos mais complexos;

COMPROMETER-SE

com as Metas Nacionais para 2020 estabelecidas pelo Conselho Nacional de Justiça para a administração do Poder Judiciário.

80º ENCOGE EM PERNAMBUCO DISCUTIU EFICIÊNCIA, GESTÃO E TECNOLOGIA

Propostas apresentadas durante o encontro buscaram a uniformização e a eficiência da atuação das corregedorias



80 ENCOGE

Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil

Pernambuco sediou o 80º Encontro do Colégio Permanente de Corregedores-Gerais dos Tribunais de Justiça do Brasil (Encoge), em fevereiro de 2019. A reunião, que teve como tema *Eficiência, Gestão e Tecnologia*, buscou promover o intercâmbio de experiências e o compartilhamento de conhecimentos entre as Corregedorias Gerais de Justiça do País, visando à apresentação de propostas de melhoria e de uniformização da atuação jurisdicional, além de fortalecer o papel institucional dos órgãos de controle e correção da atividade judicial.

A abertura foi realizada no Palácio da Justiça, Bairro de Santo Antônio, Recife. Diversas personalidades foram agraciadas com Medalha de Honra ao Mérito “Décio Antônio Erpen”. Em seu pronunciamento, o presidente do

Colégio de Corregedores e corregedor geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Fernando Cerqueira, ressaltou os ensinamentos e aprendizados proporcionados pelo Encontro. “Esses dias que discutimos as boas práticas e experiências trazidas por diversos estados são de grandes ensinamentos. Aqui, pudemos garantir a padronização de procedimentos que permitem um melhor funcionamento da Justiça do nosso país”, disse Fernando Cerqueira.



A abertura aconteceu no Palácio da Justiça, no Recife

O corregedor nacional da Justiça, ministro Humberto Martins, presente no evento proferiu a palestra magna e afirmou que a mensagem trazida ao encontro era de união entre as corregedorias para a uniformização dos procedimentos no tratamento das questões judiciais e extrajudiciais. “Esse trabalho é essencial para dar mais segurança e agilidade ao trabalho dos magistrados”, destacou. O ministro também falou de inovação e do aperfeiçoamento dos órgãos do Poder Judiciário, além da necessidade da presença efetiva do magistrado nas comarcas.

Durante o 80º Encoge, foram levantadas relevantes questões para o desempenho da atividade correicional pelas Corregedorias Gerais de Justiça. Uma plenária reunindo os corregedores de todo o País e oficinas com juízes assessores debateu temas como o *Combate à Fraude Previdenciária - Cooperação Interinstitucional entre o INSS e as Corregedorias-Gerais dos Tribunais de Justiça; Controle*



Palestras levantaram questões relevantes da atividade correicional

do Teletrabalho pelas Corregedorias; Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; e Regularização Fundiária.

O Sistema de Informações da Corregedoria (SiCor) e o Sistema Controle da Arrecadação das Serventias Extrajudiciais (Sicase), gerenciados pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJPE), também foram tema de palestra durante o segundo dia da programação do 80º Encoge.

No encerramento do evento, foi apresentada a Carta do Recife. Entre as deliberações aprovadas pelo Colégio de Corregedores, estava o estímulo aos Tribunais de Justiça para o cumprimento das metas aprovadas no Encontro Nacional do Judiciário e a adoção de mecanismo para reduzir o tempo dos cartórios para comunicação de nascimento e óbito pelo serviço do extrajudicial para auxiliar no combate à fraude previdenciária. Com fito no interesse público, também foi definido que o teletrabalho será disciplinado de forma rígida. ◆

PROVIMENTO DA CGJ-PE QUE TRATA DE FRAUDE PREVIDENCIÁRIA SERVE DE BASE PARA A LEI Nº 13.846/2019

Normativo orientou cartórios a informarem óbitos ocorridos no Estado no prazo de 24 horas

O Provimento 009/2018 da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, que trata do combate à fraude previdenciária, uma cooperação interinstitucional entre o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e as corregedorias gerais dos Tribunais de Justiça, que foi replicado por outros sete estados e serviu de base para a Lei Federal nº 13.846/2019. O normativo da Corregedoria, que orientou cartórios a informarem óbitos ocorridos no Estado no prazo de 24 horas, só em novembro de 2018, gerou uma economia em Pernambuco para o INSS de R\$ 3 milhões de reais com pagamento indevido de benefícios após o óbito do beneficiário.

Para facilitar o cruzamento de dados pelo Instituto Nacional do Seguro Social, a Lei nº 13.846 criou um programa de revisão de benefícios do INSS, com bônus para os peritos que realizarem mais perícias médicas. A norma também exige cadastro do trabalhador rural feito pelo governo, e não mais pelos sindicatos; e restringe

o pagamento de auxílio-reclusão apenas aos casos de pena em regime fechado, proibindo o pagamento aos presos em regime semiaberto.

O texto previu, por exemplo, que o INSS terá acesso a dados do Sistema Único de Saúde (SUS), das movimentações do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de cartórios, para verificar a situação dos segurados.

Segundo o procurador federal e coordenador de assuntos estratégicos da PFE/INSS, Rodrigo Bezerra Dowsley, no mês seguinte à publicação do provimento em Pernambuco já foi possível detectar a economia gerada. A partir disso, a Procuradoria trabalhou em um texto mais detalhado e apresentou a proposta para que os demais estados adotassem a mesma medida. “Pernambuco foi pioneiro com a publicação deste provimento e buscamos levar essa mesma iniciativa ao restante do país”, afirmou.

A lei faz parte do esforço anunciado pelo Governo Federal para conter as despesas previdenciárias. O governo quer usar a norma para fazer um pente-fino nos benefícios concedidos pelo órgão. ◆

CORREGEDORIA PREMIA MAIS DE 130 UNIDADES COM SELO GESTÃO EFICIENTE POR DESEMPENHO EM 2018



Iniciativa buscou incentivar o aprimoramento da gestão cartorária no 1º Grau

Com o objetivo de estimular a maior celeridade e eficácia na prestação jurisdicional, o Selo Gestão Eficiente foi entregue pela Corregedoria Geral da Justiça (CGJPE) a 138 unidades judiciárias que se destacaram no desempenho de suas atividades em 2018. A iniciativa, em parceria com a Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco, buscou incentivar o aprimoramento da gestão cartorária no 1º Grau.

Essa foi a primeira vez que a Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco concedeu o Selo Gestão Eficiente. A premiação, que fez parte de uma série de ações da CGJPE em busca da efetiva melhoria da gestão judiciária, com repercussão nos índices de congestionamento, compreendeu as categorias ouro, prata e bronze e foi

entregue a unidades de 18 grupos, divididos de acordo com a competência e especificidade. A solenidade de concessão aconteceu na Escola Judicial de Pernambuco (Esmape) e lotou o auditório do prédio.

Segundo o corregedor geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Fernando Cerqueira, idealizador da premiação, a solenidade reuniu todas as unidades que realizaram o trabalho de forma eficiente. “Essa iniciativa não seria possível sem o apoio da Presidência do Tribunal, da Escola Judicial e do coordenador do comitê de planejamento e gestão estratégica, desembargador Mauro Alencar. Queremos reconhecer o trabalho e o esforço daqueles que se destacaram no desempenho de suas atividades e dizer que esperamos que sirvam de exemplo para o Judiciário”, afirmou.

O presidente do TJPE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo, presente na solenidade de premiação, destacou o impacto das atividades dos juízes e servidores para a sociedade. “A homenagem tem como objetivo incentivá-los. O esforço de cada um representa ganho para todos”, disse.

A PREMIAÇÃO FEZ PARTE DE UMA SÉRIE DE AÇÕES DA CGJPE EM BUSCA DA EFETIVA MELHORIA DA GESTÃO JUDICIÁRIA, COM REPERCUSSÃO NOS ÍNDICES DE CONGESTIONAMENTO

Para o coordenador do Comitê de Planejamento e Gestão Estratégica, desembargador Mauro Alencar, o momento foi marcante para a magistratura. “Vi muitos colegas que ingressaram comigo na magistratura. Quando entramos, só nos preocupávamos com o julgamento dos processos, a sentença, que é a atividade fim, mas para efeito de dados, números, comparativos e planejamento, isso não é mais suficiente. Posso afirmar que sem gestão não vamos a lugar nenhum, nem no nosso dia-a-dia e nem enquanto Poder”, ressaltou.

A assessora especial da Corregedoria e coordenadora do projeto, juíza Fernanda Chuahy, falou da alegria pelo reconhecimento e dos desafios para estabelecer a metodologia para a seleção das unidades premiadas. “Foi por meio de uma comissão, composta por mim, pelos integrantes da Coordenadoria de Planejamento do Tribunal, da juíza Catarina Vila-Nova e dos juízes Andrian Lucena Galindo, Jorge Sotero e Thiago Cintra e com o apoio do desembargador Mauro Alencar que estabelecemos os critérios para a escolha das unidades”, contou a magistrada que complementou: “Todos que estão aqui, independente de categoria, sempre trabalharam pelo Judiciário, vestiram a camisa, pensando no jurisdicionado. Vocês fizeram a diferença em 2018. Espero que sirvam de referência para os demais”.

O juiz Andrian Galindo explicou os parâmetros para a premiação. “Esse selo decorreu do interesse e desejo de fazer com que os números traduzissem a eficiência no trabalho desenvolvido por todos nós. Foram 508 unidades analisadas. Passamos por diversos índices pensando como comparar unidades tão diferentes e escolhemos aqueles que refletissem a qualidade na gestão do trabalho. Que esse seja o início de uma cultura de reconhecimento e valorização da eficiência no Judiciário.”

Para a seleção das unidades foram observados como parâmetro quatro indicadores de desempenho, coletados entre 1 de janeiro 2018 e 31 de dezembro do mesmo ano: I) casos pendentes de baixa; II) taxa de congestionamento líquida; III) tempo médio de sentença; IV) percentual de processos pendentes de baixa que podem ser movimentados pela secretaria ou gabinete e que estão paralisados há mais de 100 dias.

Escolhida para representar os agraciados, a juíza Kathya Gomes Veloso, da 6ª Vara Cível da Capital, Seção A, falou do sentimento de gratidão.

“Gratidão não só pelo reconhecimento aqui expressado pela Corregedoria Geral da Justiça, que chega em ótima hora para alimentar ainda mais o motor que impulsiona toda a máquina do Judiciário pernambucano e que demonstra, também, que nem sempre o trabalho árduo é ignorado por aqueles que o exigem, mas, por vezes, reconhecido e recompensado publicamente. Mas, principalmente, gratidão por todos os integrantes das equipes aqui presentes e dos demais integrantes desse Poder que, embora não tenham sido agraciados com o Selo Gestão Eficiente, com certeza, entregam ao Judiciário do Estado de Pernambuco, diariamente, uma dedicação ímpar no exercício público aqui prestado”, pontuou a magistrada.

“Acredito que práticas, como esta cerimônia proporcionada pela Corregedoria, fortalecem a identidade de cada um de nós com todo o sistema Judiciário estadual e essa identidade se mostra de grande importância, pois conduz ao sentimento que estamos trabalhando em unidade e em prol de um bem maior, de um objetivo nobre, que é a melhora na eficácia da entrega jurisdicional à população”, concluiu Káthya Veloso. ◆



Entrega dos selos aconteceu na Esmape

UNIDADES JUDICIAS DO ESTADO CUMPREM 100% DA META DA CGJ E ZERAM NÚMERO DE PROCESSOS CRÍTICOS

Meta foi proposta pela Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco na Ordem de Serviço Nº 07/2019, que buscou garantir um Judiciário ágil e eficaz

Com o objetivo de impulsionar os processos em gabinete sem movimentação há mais de 100 dias, a Ordem de Serviço 07/2019 da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco (CGJ-PE) foi cumprida por 170 unidades judiciais do Estado, no total, que impulsionaram mais de 230 mil processos em 90 dias em 2019.

Das unidades judiciárias e administrativas que atingiram a meta, 61 estão localizadas na 3ª Entrância, 81 na 2ª Entrância e 28 na 1ª Entrância. Os resultados foram alcançados por unidades de competências variadas,

Cíveis, Criminais, Crimes contra Criança e Adolescente, Execuções de Títulos de Extrajudiciais, Infância e Juventude, Família e Registro Cvil, Tribunal do Júri, Regional da Infância, Sucessões e Registro Público, Violência Doméstica e Familiar, Câmara de Conciliação, Mediação e Arbitragem, além de Juizados Especiais.

Os resultados demonstram, segundo o corregedor geral da Justiça, desembargador Fernando Cerqueira, que é possível atingir índices de excelência no Judiciário de Pernambuco, mesmo com as diversas dificuldades enfrentadas. A Corregedoria acompanhou a atuação de todas as unidades judiciais no Estado, com o objetivo de fomentar boas práticas que ajudem o Judiciário a se tornar ágil e eficaz. O Programa Justiça Eficiente, da CGJ, também deu suporte a unidades que precisaram de reforço na equipe.

“Estamos aqui não só para fiscalizar ou punir, mas principalmente para orientar e apoiar os magistrados e servidores no desempenho de suas atividades. Queremos tornar a Justiça mais célere e melhorar o serviço prestado a cidadã e, para isso, o planejamento das unidades foi fundamental”, destacou o corregedor geral, que parabenizou o esforço de todos pelos resultados alcançados.

Entre as ferramentas disponibilizadas pela Corregedoria para o aprimoramento do serviço na Justiça, o SiCor possibilitou uma melhor autogestão das unidades. O sistema reúne informações sobre o acervo, processos na secretaria e gabinete parados há mais de 100 dias, casos novos, pendentes, baixados, taxas de congestionamentos, relação dos servidores e magistrados de cada unidade, evolução do quantitativo de sentenças, despachos e decisões dos magistrados, processos vinculados às diretorias do tribunal. Também é possível visualizar detalhes dos processos como as partes e históricos de movimentações. Os resultados demonstram ser possível atingir índices de excelência no Judiciário Pernambuco, mesmo com as diversas dificuldades enfrentadas. A Corregedoria tem acompanhado a atuação de todas as unidades judiciais no Estado, com o objetivo de fomentar boas práticas que ajudem o Judiciário a se tornar ágil e eficaz. ◆

SICASE GANHA

Desde que foi implantado, o Sicase proporcionou um aumento na arrecadação da Taxa de Fiscalização de Serviços Notariais e Registrais (TSNR)

O Sistema Controle da Arrecadação das Serventias Extrajudiciais (Sicase) ganhou novas funcionalidades durante a atual gestão da Corregedoria Geral da Justiça. A ferramenta consiste na informatização da cobrança dos serviços cartoriais. Implantado em 2009, o Sicase proporcionou um aumento na arrecadação da Taxa de Fiscalização de Serviços Notariais e Registrais (TSNR).

Entre as novas funcionalidades implantadas no sistema durante a atual gestão da CGJ-PE, está a Guia para Atos Remetidos desenvolvida no Sicase. Segundo assessor de Tecnologia de Informação da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, Alan Teles, essa é uma funcionalidade de geração de guia automática para atos de autenticação de documentos, reconhecimento de firma, reconhecimento de sinal público e abertura de firma que o cartório pratica sem vincular previamente a

NOVAS FUNCIONALIDADES

uma guia paga.

“Antes dessa versão, havia necessidade de o cartório realizar a extração de um relatório de seu sistema e informar ao Sicase por tipo de ato a quantidade de selos enviados. Como o cálculo é realizado pelo próprio sistema sem intervenção manual, o cartório ganha tempo em não dispor um funcionário para realizar essa atividade e ganha a auditoria no cômputo dos atos nas inspeções”, explicou o assessor de Tecnologia da Informação da Corregedoria.

Também foi implantado o selo pago por QR-Code em conformidade com a Meta 7 da Corregedoria Nacional da Justiça. O objetivo da medida nos atos praticados pelos cartórios extrajudiciais visa garantir mais segurança aos atos cartorários, uma vez que permite conferir a autenticidade do ato praticado.

Atualmente, 540 serventias estão cadastradas no Sicase. “Todos os atos notariais e registrais são praticados através do sistema”, concluiu Alan Teles. ◆

NOVAS FUNCIONALIDADES IMPLANTADAS NO SICASE

- Implantação de QR-Code em conformidade com a Meta 7 do Corregedoria Nacional da Justiça;
- Implantação da aquisição de selos pagos;
- Implantação do cômputo automático dos atos de balcão para emissão de guia de atos remetidos;
- Implantação de ficha de compensação para guias de recolhimento diversos, complementares e de protesto;
- Emissão de guia para inventário em conformidade com o Provimento 10/2019 CGJ;
- Implantação das novas receitas FERM e FUNSEG conforme as leis 16.521/18 e 16.522/18.

**ATUALMENTE, 540
SERVENTIAS ESTÃO
CADASTRADAS NO SICASE**

CORREGEDOR FERNANDO CERQUEIRA INSTALA CONSELHO DE EX-CORREGEDORES

A Resolução 01/2018 da CGJ-PE observa a importância de se contar com um órgão consultivo integrado por desembargadores que já estiveram à frente da Corregedoria



O Tribunal de Justiça de Pernambuco passou a contar com um Conselho de Ex-Corregedores Gerais da Justiça em 2018. A solenidade de instalação, realizada no Fórum Thomaz de Aquino, localizado no Bairro de Santo Antônio, contou com seis ex-corregedores. A medida teve como objetivo aprimorar os serviços ofertados e

prestados pelas unidades judiciais e extrajudiciais.

A Resolução Nº 01/2018 da CGJ-PE, assinada pelo corregedor geral da Justiça de Pernambuco, desembargador Fernando Cerqueira, observa a importância de se contar com um órgão consultivo integrado por desembargadores que já estiveram à frente da Corregedoria Geral da Justiça, possuindo larga experiência em assuntos variados que envolvem ações e projetos implementados pelo Órgão Correcional. Também leva em consideração os projetos desenvolvidos pelas gestões anteriores, que contribuíram para a melhoria da prestação judicial e dos serviços extrajudiciais.

O corregedor Fernando Cerqueira, presidente do Conselho, enfatizou o fato da Corregedoria ser uma eterna construção. "Cada gestão deve dar continuidade, no que couber, aos projetos dos ex-



Seis ex-corregedores estiveram presentes na solenidade de instalação

MEDIDA TEVE COMO OBJETIVO APRIMORAR OS SERVIÇOS OFERTADOS E PRESTADOS PELAS UNIDADES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS

corregedores que antecederam o seu trabalho. As excelentes ações desenvolvidas pelas gestões anteriores não devem ser interrompidas, para que haja um aprimoramento efetivo dos serviços da Justiça”, esclareceu.

O presidente do TJPE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo, esteve presente na instalação do Conselho. Também compareceram o primeiro vice-presidente do TJPE, desembargador Cândido Saraiva, os desembargadores Itamar Pereira Filho e Humberto Vasconcelos, além de parte da equipe da CGJ-PE.

Todos os ex-corregedores que prestigiam a solenidade assinaram a ata de instalação: Etério Ramos Galvão, Ozael Veloso, Fausto Valença de Freitas, José Fernandes de Lemos, Frederico Ricardo de Almeida Neves e Eduardo Paurá Peres. ◆



AGILIDADE



PROGRAMA DE REGULARIZAÇÃO BENEFICIA FAMÍLIAS



Em Timbaúba, 300 famílias do Núcleo Urbano Parque Residencial Professor Ismael Vasconcelos Filho receberam os títulos de moradia

FUNDIÁRIA DA CORREGEDORIA COM TÍTULOS DE PROPRIEDADE



Moradia Legal buscou simplificar a legalização de áreas urbanas ocupadas pela população de baixa renda

Criado a partir da observação de garantias constitucionais atinentes à dignidade da pessoa humana, ao direito a moradia, à função social da propriedade, bem como à necessidade de viabilizar uma prestação jurisdicional rápida e eficaz aos núcleos populacionais carentes, o Programa Moradia Legal da Corregedoria Geral da Justiça buscou garantir o primeiro registro imobiliário para os cidadãos que adquiriam, informalmente, imóvel destinado à habitação. Em Timbaúba, a ação beneficiou 300 famílias, agilizando a entrega de títulos de propriedade a moradores que estavam em situação irregular.

Com a iniciativa, o corregedor geral, desembargador Fernando Cerqueira, procurou simplificar a legalização de áreas urbanas ocupadas pela população de baixa renda. Coordenado pela assessora especial da Corregedoria, juíza Fernanda Chuahy, o Programa contou com a parceria da Prefeitura de Timbaúba, do 1º Tabelionato de Notas e Ofício de Registros de Imóveis Títulos e Documentos de Timbaúba e da Associação dos Registradores de Imóveis de Pernambuco.

Segundo o corregedor geral da Justiça, além de atender os preceitos da Constituição, o Moradia Legal ainda proporciona o ordenamento das áreas urbanas, o que resulta no desenvolvimento da economia local. “É um Programa necessário para todo o Estado, tendo

em vista que existem muitas áreas em diversos municípios que estão ocupadas por pessoas que vivem em situação irregular. Checamos cada caso, se podemos ou não dar o título de moradia. É uma iniciativa que realiza sonhos, porque vemos que as pessoas alcançam o que procuraram durante uma vida inteira, que é a casa própria”, explicou o desembargador Fernando Cerqueira.

Para o prefeito de Timbaúba, Ulisses Felinto, o momento foi de grande importância. “A população não tinha um documento para comprovar que aquele terreno era seu e eles receberam. Antes eram conhecidos como invasores e agora têm o direito de dizer que têm as suas casas”, afirmou.

A iniciativa beneficiou a feirante Joseane Maria. Morando com dois filhos, uma nora e dois netos, ela comemorou o seu título de propriedade. “Para mim, é o maior orgulho. Moro há dez anos nessa casa e é um presente muito grande. É algo que vai ser da minha família. Vou poder dizer que eu tenho uma casa, agora. Hoje, posso dizer que é nosso patrimônio, que vai ficar para os nossos filhos e nossos netos”, falou emocionada.

Segundo a coordenadora do projeto, a iniciativa mostra a intenção da Corregedoria em promover a função social da propriedade. “Estamos buscando estimular os municípios a regularizarem as áreas urbanas que estão ocupadas há muitos anos. Já estamos em contato com as prefeituras de Moreno, Feira Nova e Olinda para dar seguimento ao Programa”, disse.

A oficial do 1º Tabelionato de Notas e Ofício de Registros de Imóveis Títulos e Documentos de Timbaúba, Alda Souza, destacou a iniciativa do Judiciário. “O cartório é um dos elos da grande corrente que é a regularização fundiária, que hoje, pela nova lei, é capitaneada pelo município, mas sem a ajuda do Judiciário, ele não consegue ter uma coesão de atores dentro do procedimento. Foi decisiva a atuação do Judiciário para que a gente pudesse aplicar a primeira regularização fundiária de Pernambuco. E com muita satisfação iniciamos. Há muitas áreas de núcleo urbano que necessitam dessa regularização para que a pessoa possa ter o título e na sequência conseguir outros benefícios, como saneamento”, explicou.

O juiz corregedor auxiliar da 2ª Entrância, Paulo Victor Vasconcelos, e os juízes da Comarca de Timbaúba, André Rafael de Paula Batista e José Gilberto de Souza, também participaram da solenidade.

ORDENAMENTO DAS ÁREAS URBANAS PROPORCIONA DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA LOCAL

MORADIA
LEGAL

Regularização Fundiária - A regularização fundiária urbana consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam a regularizar núcleos urbanos informais em situações consolidadas e a conferir titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade, a propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. ◆

AUTOINSPEÇÃO DÁ CELERIDADE A PROCESSOS

Entre 2018 e 2019, mais de 300 mil processos foram baixados através da iniciativa

A Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Corregedoria Geral da Justiça promoveram duas Semanas de Autoinspeção do Poder Judiciário que resultaram na baixa de mais de 300 mil processos. A medida teve como objetivo agilizar o andamento processual das unidades de 1º Grau por meio de vistoria e verificação interna de ações ativas, promovendo a correção de possíveis distorções e inconsistências na tramitação processual que afetam os índices reais de congestionamento dos processos nas fases de conhecimento e execução.

Só em 2019, a baixa durante a semana foi de 210.124 processos de 1º Grau arquivados e baixados no Estado, reduzindo a Taxa de Congestionamento no 1º Grau de 89,70%, em junho, para 84,05%, em agosto. Em 2018, foram arquivados 106.620 processos de 1º Grau. Entre 2018 e 2019, houve um aumento de 97% de processos finalizados. Os números são resultado do esforço conjunto da Presidência, Corregedoria, dos setores administrativos envolvidos e, principalmente, dos magistrados e servidores.

A Coordenadoria de Planejamento e Gestão Estratégica (Coplan) foi a responsável pelo planejamento, monitoramento e análise dos resultados. A iniciativa também contou com o apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPE, da Assessoria de



Tecnologia da Informação da Corregedoria e da Auditoria de Inspeção da CGJ-PE.

Para o corregedor geral da Justiça, desembargador Fernando Cerqueira, a atividade é importante para a redução da taxa de congestionamento do TJPE. “Estamos preocupados em melhorar essa taxa, que impacta no índice de produtividade do Tribunal. Acompanhei os trabalhos e reforço que são necessários para uma melhor gestão nas unidades judiciais”, destacou.



CORREGEDOR DESTACA A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE PARA A REDUÇÃO DA TAXA DE CONGESTIONAMENTO DO TJPE

“A divulgação dos resultados confirma que conseguimos alcançar o objetivo de promover um maior estímulo à prática de gestão cartorária nas unidades judiciárias e agilizar o encerramento adequado dos processos, gerando uma redução no acervo de ações e na taxa de congestionamento do TJPE. Conquistamos esses números, a partir da análise de dados e do retorno das sugestões de rotinas e boas práticas por servidores e magistrados. Quem sai realmente ganhando com toda a ação é o jurisdicionado, que tem mais rapidez no atendimento”, avaliou o presidente do TJPE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo.

Atualmente, no Estado, tramitam cerca de 2,3 milhões de ações. Do total de 210.124 processos arquivados durante a Semana de Autoinspeção do TJPE, em 2019, 101.824 eram físicos e 108.300, eletrônicos. As comarcas de 1ª, 2ª e 3ª entrâncias diminuíram os acervos de ações pendentes de baixa com julgamento em 55%, 52%, e 36%, respectivamente. Já os Juizados Especiais reduziram o acervo em 52%. ◆

AGILIDADE PARA JULGAMENTOS POR MEIO DE VIDEOCONFERÊNCIA

O primeiro julgamento de Pernambuco por videoconferência interligando comarcas situadas em estados diferentes do País foi realizado em outubro de 2019

Por iniciativa da Corregedoria Geral da Justiça, o Provimento nº 03/2019 foi publicado pelo Conselho da Magistratura, regulamentando o uso de videoconferência em sessão do Tribunal do Júri. O primeiro julgamento de Pernambuco interligando comarcas situadas em estados diferentes do País foi realizado em outubro de 2019. Durante a sessão, foram conectadas as Comarcas de São José do Belmonte, onde o processo tramita, e de Virginópolis, em Minas Gerais, local onde o réu reside. A medida buscou dar celeridade e eficiência à prestação jurisdicional.

Desde agosto de 2019, o réu que se encontrar custodiado ou residir em local diferente da unidade judicial onde está sendo processado poderá ser julgado ou interrogado por meio virtual desde que presente em uma unidade judicial. O provimento

demonstra a preocupação com a escassez de recursos financeiros e humanos para a realização do recambiamento dos réus que, por vezes, limita o andamento dos processos referentes a crimes contra a vida, que são complexos, preveem a participação popular e envolvem o sentimento de segurança dos cidadãos e a imagem do Judiciário. Tais ações também são alvo de meta do Conselho Nacional da Justiça.

O julgamento interligando estados diferentes foi realizado com o apoio da Assessoria de Tecnologia da Corregedoria e da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPE. Para o juiz João Bosco, da Comarca de São José do Belmonte, que presidiu o júri, a utilização da ferramenta para situações de exceção é positiva. “Tivemos alguns desafios no início da sessão, mas conseguimos dar prosseguimento, com o interrogatório

do réu, que respondia em liberdade e estava sendo acusado por homicídio doloso qualificado. Foi importante o uso da videoconferência para garantir plenitude de defesa, mormente no que toca ao direito à autodefesa”, explicou. O réu foi absolvido pelos jurados. Sem a ferramenta, caso não comparecesse à sessão, seria julgado à revelia.

Tanto o julgamento, quanto o interrogatório do réu e a oitiva de testemunhas, de acordo com o Provimento, só podem ocorrer mediante videoconferência em unidade judicial (no Fórum) com a presença do juiz presidente do Júri da Comarca onde o réu estiver localizado para acompanhar a sessão, operacionalizar o equipamento e conferir a documentação de identificação da pessoa a ser ouvida, bem como comunicar ao juízo onde o julgamento acontece qualquer ocorrência, com o apoio de oficial de Justiça, servidor da sua unidade jurisdicional e policiamento destacado.

A MEDIDA BUSCOU DAR CELERIDADE E EFICIÊNCIA À PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

Os atos preparatórios para o julgamento por videoconferência foram realizados pela juíza Carla de Moraes Rego Mandetta, que atuava na Comarca de São José do Belmonte, e coordenados pelo juiz corregedor auxiliar de 1ª Entrância, Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres. “Acredito ser este o futuro que se apresenta como realidade. Essa iniciativa, além de tornar todo o procedimento mais rápido e seguro, traz uma grande economia para o Estado, que evitará gastos com o deslocamento dos réus e garante o amplo direito à defesa do acusado, que poderá estar presente, mesmo que virtualmente, ao julgamento”, explicou o magistrado.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Fernando Cerqueira, ressaltou a satisfação com o trabalho. “A Corregedoria tem como uma de suas funções dar apoio aos magistrados e servidores na realização de suas atividades e acredito que essa medida é fundamental, inclusive, por garantir uma prestação jurisdicional mais célere”, disse. ◆

NÚCLEO DE ENFRENTAMENTO DA META 4 JÁ SENTENCIOU 926 AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA E CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A Meta 4 teve como objetivo julgar 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31 de dezembro de 2016

O Núcleo de Enfrentamento, Apoio e Fiscalização do cumprimento da Meta 4 do Conselho Nacional da Justiça (CNJ), criado no fim de maio de 2019 para impulsionar ações referentes à Improbidade Administrativa e Crimes Contra a Administração Pública, sentenciou mais de 926 processos. Definida no XII Encontro Nacional do Poder Judiciário, a Meta 4 teve como objetivo julgar 70% das ações

de improbidade administrativa distribuídas até 31 de dezembro de 2016.

O Núcleo de Enfrentamento foi criado por meio da Portaria nº 14/2019, assinada pelo presidente, desembargador Adalberto de Oliveira Melo, e pelo corregedor geral, desembargador Fernando Cerqueira, com o objetivo de fomentar, orientar e dar suporte ao julgamento das ações de improbidade.

“Trata-se de processos bastante trabalhosos e volumosos. Mas é uma meta do CNJ, são casos de repercussão pública e determinamos prioridade absoluta na apreciação dessas ações, para darmos uma resposta à sociedade”, destacou o corregedor geral da Justiça.

Segundo a assessora especial da Corregedoria, juíza Fernanda Chuahy, que responde pela coordenação do Núcleo, uma lista com os processos existentes em cada unidade foi enviada aos juízes para que pudessem atuar nas ações. "Também possibilitamos a localização desses processos no Sistema da Corregedoria (SiCor), para facilitar a gestão do acervo pelos magistrados e oficiamos o Ministério

JUNTO COM A ESMAPE, O NÚCLEO TAMBÉM ESTÁ PROMOVENDO CAPACITAÇÃO DE MAGISTRADOS PARA ATUAREM NOS PROCESSOS DE IMPROBIDADE





O juiz Rafael de Moraes atuou em processos da Meta 4 aptos para julgamento

Público e Defensoria Pública para que deem o suporte necessário”, detalhou.

Já o juiz Rafael Carlos de Moraes, coordenador adjunto e responsável por apresentar o panorama do Tribunal de Justiça de Pernambuco em relação à Meta 4, está atuando nos processos da Região Metropolitana aptos para julgamento. “Dos processos sentenciados, o mais significativo são as ações que versam sobre o dinheiro público, fraudes nos procedimentos licitatórios e crimes relacionados a atos de corrupção”, contou. Para o magistrado, o julgamento dessas ações é fundamental para acabar com o sentimento de impunidade em relação a agentes públicos e evitar a manutenção do sistema de corrupção dentro da esfera pública.

O núcleo também está atuando junto com a Escola Judicial (Esmape) na capacitação de magistrados para atuarem nos processos de improbidade, com o objetivo de promover o aperfeiçoamento sobre os temas relativos à prevenção e ao combate à improbidade administrativa e à recuperação de recursos públicos. O primeiro curso para juízes foi ministrado pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Pernambuco Jorge Américo Pereira de Lira e pelo juiz do Tribunal de Justiça da Paraíba Aluizio Bezerra Filho.

“Acho a iniciativa muito importante. É um tema atual, uma exigência da sociedade, combater a corrupção administrativa, tanto que constitui meta do Conselho Nacional da Justiça. O retorno do curso foi muito bom. Os juízes sentem a necessidade do aprimoramento sobre esse tema, da leitura da doutrina mais atualizada e da jurisprudência mais recente. Houve muito debate durante as aulas o que foi muito positivo e acabou conduzindo o desenvolvimento do curso”, destacou o desembargador Jorge Américo Pereira de Lira, que atua, no TJPE, em Câmara de Direito Público.

Nos encontros, foram abordados assuntos como a tipificação, os sujeitos praticantes, a instrução probatória, o ressarcimento ao erário e sanções administrativas da improbidade administrativa; os ritos e a competência, o foro privilegiado, as sanções cumuladas nas ações das esferas diversas; além da delação premiada e do acordo de leniência. ◆

TJPE FIRMA CONVÊNIO COM A PREFEITURA DE GRAVATÁ PARA DESJUDICIALIZAR COBRANÇA DE DÉBITOS

A quantidade de processos de execuções fiscais que ingressam todo ano no TJPE foi uma das preocupações do corregedor Fernando Cerqueira

Com foco na desjudicialização da cobrança de débitos municipais, o Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Prefeitura de Gravatá assinaram convênio, em 2018, através do qual créditos como IPTU e ISS passaram a ser requisitados por meio de um regime diferenciado. As tratativas para que o acordo fosse fechado aconteceram através da Corregedoria Geral da Justiça. A quantidade de processos de execuções fiscais que ingressam todo ano no TJPE foi uma das preocupações do corregedor Fernando Cerqueira durante sua gestão.

A medida estimula a utilização de instrumentos pré-processuais, extrajudiciais e menos onerosos de cobrança de débitos fiscais, que permitam a celeridade e se revelem como uma alternativa eficaz à propositura ou à mera manutenção da execução fiscal perante o Poder Judiciário. Com isso, o objetivo é de redução do acervo processual

AS TRATATIVAS PARA QUE O ACORDO FOSSE FECHADO ACONTECERAM ATRAVÉS DA CORREGEDORIA

e extinção de ações em que os custos de processamento sejam superiores aos valores dos créditos executados. Outras cidades já estão em tratativas para adotar iniciativa semelhante à de Gravatá, como a Prefeitura de Vitória de Santo Antão.

O corregedor Fernando Cerqueira ressaltou que a medida ajuda a desafogar substancialmente o Poder Judiciário. Já o presidente do TJPE, desembargador Adalberto Melo, destacou que a celebração do convênio tem guarida na Meta 5 do Conselho Nacional da Justiça. O prefeito de Gravatá, Joaquim Neto, informou que em um mês deixaram de ser enviados para a Justiça 700 execuções de débitos diversos. ◆

ENCONTROS REGIONAIS REALIZADOS PELA PRESIDÊNCIA E PELA CGJ BUSCARAM APERFEIÇOAR PRESTAÇÃO JURISDICIONAL

A iniciativa procurou discutir um plano de ação para melhorar a gestão das unidades judiciais e traçar estratégias para o cumprimento das metas do Judiciário



Com o objetivo de agilizar a tramitação processual nas unidades judiciais de Pernambuco, a Presidência do TJPE e a Corregedoria, em parceria com a Escola Judicial (Esmape), realizaram Encontros Regionais nas comarcas de Caruaru, Garanhuns, Goiana e Petrolina com magistrados de todo o Estado. A iniciativa buscou discutir um plano de ação para melhorar a gestão das unidades judiciais e traçar estratégias para o cumprimento das metas do Judiciário.

Segundo o presidente do TJPE, além de manter os integrantes do Judiciário bem

OS ENCONTROS FORAM REALIZADOS EM CARUARU, GARANHUNS, GOIANA E PETROLINA

informados, a iniciativa busca mostrar os benefícios que o Tribunal está trazendo para magistrados e servidores. “Precisamos proporcionar uma situação de respeito e dignidade para que os integrantes do TJ possam prestar um bom serviço aos jurisdicionados”, destacou o desembargador Adalberto Melo.

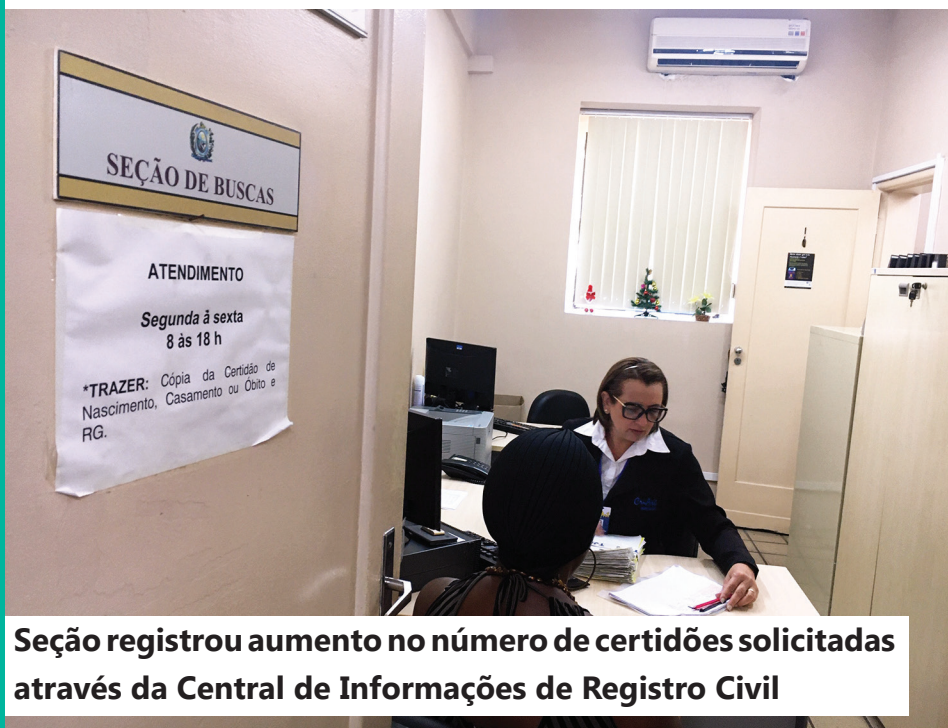
Durante os encontros, foram apresentadas as metas da Corregedoria, com foco na movimentação dos processos paralisados há mais de 100 dias. “Reunimos juízes e servidores com intuito, não apenas de fomentar um bom relacionamento entre o primeiro grau, segundo grau e todos os segmentos do Poder Judiciário, mas de buscar a melhoria dos níveis de aperfeiçoamento que devemos ter na prestação jurisdicional. O tratamento que devemos dar aos jurisdicionados, por exemplo, deve ser o melhor possível; a conjuntura do universo entre servidores e juízes, que também é imprescindível que seja excelente, além da preocupação que devemos ter com a gestão das unidades judiciárias em que atuamos. Precisamos ter a consciência de que, como servidores públicos, devemos prestar um bom serviço jurisdicional”, afirmou o corregedor Fernando Cerqueira.

Um workshop sobre *Inspeção nos serviços extrajudiciais também* foi promovido durante algumas reuniões, considerando a necessidade de o magistrado, na condição de juiz corregedor permanente da sua unidade judiciária bem como perante as serventias extrajudiciais, realizar fiscalização contínua nos serviços prestados por essas unidades.

“Magistrados e servidores de toda a região discutiram não apenas metas, mas as ações proativas no que diz respeito à qualidade da prestação do serviço jurisdicional. Este é, sobretudo e também, um trabalho de pertencimento e compromisso público no interesse de fazer com que a Justiça mais próxima do jurisdicionado possa realizar o direito de maneira eficiente, segura e rápida. A discussão de metas com a Corregedoria, os propósitos inovadores, no que diz respeito a um trabalho cooperativo entre juízes e servidores, Presidência, Corregedoria e Escola Judicial ,servem, certamente, a um melhor momento da Justiça para a sociedade pernambucana”, concluiu o desembargador Jones Figueirêdo. ◆

CORREGEDORIA ATENDE MAIS DE 4 MIL PESSOAS CONCEDENDO CERTIDÕES GRATUITAS ATRAVÉS DA SEÇÃO DE BUSCAS

Criado em 2011, o setor é voltado em especial ao público carente



Seção registrou aumento no número de certidões solicitadas através da Central de Informações de Registro Civil

Vinculada à Secretaria Geral da Corregedoria, a Seção de Buscas, localizada no Fórum Thomaz de Aquino, no Recife, atendeu, durante os dois anos da atual gestão, mais de 4,5 mil pessoas, que solicitaram gratuitamente a segunda via de certidões de nascimento, casamento, óbito, entre outras. Criado em 2011, o setor é voltado em especial ao público carente.

Nesse período, o setor também registrou um aumento no número de certidões solicitadas através da Central de Informações de Registro Civil (CRC), que possibilita a expedição das certidões constantes no acervo de qualquer Estado. Foram 2.050 certidões, no total, emitidas através da Central.

A ação foi possível através de um alinhamento feito, em 2017, com o Fundo Especial para o Registro Civil (FERC) e Cartórios de Registro Civil da Capital. A emissão das certidões registradas na CRC acontece de forma gratuita.

Segundo a chefe do setor, Miriam Borba, a Seção de Buscas conta hoje com 8 servidores efetivos e 2 funcionários da empresa terceirizada. "Atendemos de modo presencial a uma média de 40 pessoas por dia, que buscam certidões de nascimento, casamento, óbito de pessoas hipossuficientes, que merecem toda a atenção do Poder Público", esclarece.

O serviço foi aprovado por Ednalva Oliveira. Ela precisou da 2ª via da sua certidão de nascimento e conseguiu através da Central. "Sou registrada em Ribeirão, no interior de Pernambuco, e pegar meu documento aqui facilitou muito minha vida. Não tinha como ir até Ribeirão nesse momento", explicou.

A Seção de Buscas também realiza atendimento por telefone e por e-mail, tanto da população local, quanto da demanda originada pelas Corregedorias dos demais estados da Federação, Tribunais, Defensoria Pública, Ministério Público, Conselho Tutelar, Instituto Tavares Buriel, dentre outros. ◆

DIVISÃO JUDICIÁRIA AUXILIA CORREGEDORIA EM INSTRUÇÃO DE 162 EDITAIS PARA MAGISTRADOS

Para a instrução dos 162 editais de remoção, promoção e de acesso ao Tribunal para magistrados, publicados entre 2018 e 2019, o corregedor geral da Justiça, desembargador Fernando Cerqueira, contou com o auxílio da Divisão Judiciária. Além de informações sobre a produtividade dos juízes que participaram dos editais, o setor também forneceu certidões de produtividade para intercâmbio e para instruir processos de mutirão e permuta de magistrados.

A Divisão Judiciária mantém o acompanhamento da produtividade dos magistrados junto com a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPE (Setic). O setor elabora, com base nas informações recebidas das Unidades do TJPE, planilhas com dados para instrução dos editais, obedecendo os termos da Resolução nº 106/2010-CNJ, regulamentada pela Instrução Normativa nº 11/2010, do TJPE/CGJ, que rege os procedimentos de editais.

INSPEÇÕES TORNAM ATIVIDADES EM UNIDADES JUDICIAIS MAIS ÁGEIS E EFICIENTES

Atividade também teve como proposta verificar a realidade e as dificuldades enfrentadas pelas diversas comarcas de Pernambuco

Com o objetivo de aprimorar as atividades desenvolvidas pelas unidades judiciais e tornar a prestação jurisdicional mais ágil e eficiente, as Corregedorias Auxiliares de 1ª, 2ª e 3ª Entrâncias inspecionaram varas e juizados de todo o Estado. Além de cumprir a responsabilidade da Corregedoria Geral da Justiça, de orientação, fiscalização, disciplina e controle, a atividade também teve como proposta verificar a realidade e as dificuldades enfrentadas pelas diversas comarcas de Pernambuco e garantir apoio e suporte para unidades que apresentaram mais necessidade.

As inspeções realizadas pelas Corregedorias envolveram, além do monitoramento das unidades judiciárias pelo Sistema Informatizado da Corregedoria (SiCor), esclarecimentos e recomendações feitos no sentido de conclamar um maior comprometimento dos magistrados e servidores quanto à prestação

jurisdicional, notadamente no cumprimento das metas estabelecidas pelo Conselho Nacional da Justiça e pela Corregedoria Geral da Justiça. As fiscalizações foram realizadas com o apoio da Auditoria de Inspeção da Corregedoria.

Segundo o juiz corregedor auxiliar de 1ª Entrância, Marcus Vinícius Nonato Rabelo Torres, a atividade é de suma importância, pois através das inspeções é possível *in loco* aferir a praxe desenvolvida pelas unidades judiciárias. “Assim, oportunizamos a verificação da aplicação das regras instituídas e pertinentes ao funcionamento do aparelho judiciário”, explicou.

Ainda segundo o magistrado, os auditores de inspeção atuaram junto aos servidores orientando e ensinando boas práticas a serem implementadas, garantindo reforço momentâneo para desafogo e descongestionamento de processos que estavam paralisados na secretaria.

AS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELAS CORREGEDORIAS ENVOLVERAM O MONITORAMENTO DAS UNIDADES JUDICIÁRIAS PELO SICOR

“Para as unidades onde foi constatado maior acúmulo de processos, solicitamos ao corregedor que designasse juízes auxiliares para atuar em regime de mutirão e isso teve uma atuação extremamente eficaz e proveitosa”, destacou o juiz Marcus Vinícius.

Antes do início de cada inspeção, foi realizado previamente um estudo com relatórios extraídos dos sistemas disponibilizados pelo Tribunal de Justiça como Judwin, Corregedoria, BI - Gerenciamento e Monitoramento de Informações Processuais, Sicor, com levantamento dos pontos mais críticos enfrentados pela unidade a ser analisada com o objetivo de orientar e, assim, implementar uma melhoria na qualidade da prestação jurisdicional mediante contato direto com servidores e magistrados.

No período compreendido entre fevereiro de 2018 e fevereiro de 2020, foram realizadas, só pela Corregedoria Auxiliar de 1ª Entrância, onze

inspeções, sendo estas nas Comarcas de Buíque, Panelas, Tamandaré, Glória do Goitá, Inajá, Canhotinho, São Caetano, Bom Conselho, Custódia, Toritama e Belém de Maria. Também foi instaurado Regime Especial nas Comarcas de Bom Conselho, Canhotinho e Floresta, todos através de proposição do corregedor geral da Justiça, deliberado por decisão do Conselho Superior da Magistratura do TJPE. Sob a Presidência da Corregedoria de 1ª Entrância também tramitaram 34 Procedimentos Disciplinares contra serventuários.



Segundo o juiz Marcus Vinícius Nonato, inspeções são importantes para aferir a praxe das unidades

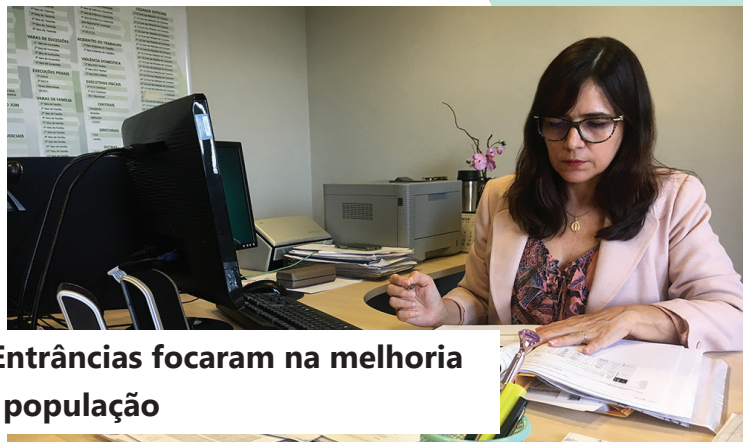
Responsável por inspecionar 41 Comarcas, compreendendo 215 unidades judiciárias, entre varas e juizados especiais, 20 Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania, 15 Polos de Audiências de Custódia, 5 Câmaras de Conciliação e 4 Centrais de Cartas Precatórias, a Corregedoria Auxiliar de 2ª Entrância observou problemas relativos a elevado acervo processual em tramitação; processos em situação de criticidade - sem movimentação há mais de 100 dias - tanto no gabinete, quanto na secretaria; processos fora da unidade, com prazo excedido, de posse da Defensoria Pública, Defensores constituídos, Delegacia de Polícia, Ministério Público, Oficiais de Justiça e Central de Inquéritos; cargos vagos de magistrados; ausências das promotorias e da Defensoria; e quadro de funcionários incompleto.

Tramitaram pela Corregedoria de 2ª Entrância entre 2018 e 2020, 308 Procedimentos Preliminares Prévios e Pedidos de Providências, sendo 14 em desfavor de magistrados, 188 em desfavor de servidores e 106 em desfavor do Juízo. Os 41 Processos Administrativos Disciplinares que tramitaram no setor foram contra

servidores. “Apesar das dificuldades que observamos, com os esclarecimentos, recomendações, incentivos, inspeções, programas e auxílios colocados em prática, acreditamos que a prestação de serviço ofertada está melhorando”, disse o juiz corregedor auxiliar de 2ª Entrância, Paulo Victor de Almeida.

A Corregedoria Auxiliar da 3ª Entrância, que responde por 142 Varas, 34 Juizados, a unidade de Fernando de Noronha, 4 Centrais (Precatórias, Mutirão, Agilização e CEJUSC), 2 Diretorias (Cível e Família), todos localizados na Comarca da Capital, nos últimos dois anos, desempenhou, além da orientação e fiscalização das unidades, atendimentos ao público em geral. Entre 2018 e 2020, tramitaram no setor 414 Procedimentos Preliminares pelo órgão.

“Atendemos advogados, cidadãos, magistrados e servidores, orientando e procurando solucionar os problemas apresentados, com foco na mediação de conflitos, em busca de um serviço jurisdicional de qualidade para a nossa sociedade.”, concluiu a juíza corregedora auxiliar da 3ª Entrância, Sônia Stamford. ◆



Corregedorias de 2ª e 3ª Entrâncias focaram na melhoria da prestação de serviço à população

AGILIDADE É FOCO DAS ATIVIDADES DAS ASSESSORIAS ESPECIAL E TÉCNICA DA CORREGEDORIA

Os setores são responsáveis por receber reclamações contra servidores e magistrados de 1º Grau

A uniformização de procedimentos, o planejamento e controle das ações foram algumas das ferramentas utilizadas pelas Assessorias Especial e Técnica da Corregedoria Geral da Justiça para agilizar as atividades desenvolvidas. Entre as funções dos setores, está a fiscalização dos magistrados da primeira instância, dos serviços auxiliares da Justiça do 1º Grau, dos Juizados Especiais e dos serviços públicos delegados.

As assessorias são responsáveis por apurar fatos que atentem contra a conduta funcional ou moral de juízes e servidores ou a prática de abusos que comprometam a administração da Justiça. De acordo com o corregedor geral da Justiça, desembargador Fernando Cerqueira, quando a orientação não é

suficiente e a fiscalização detecta desvios de conduta, a punição se faz necessária para a correção das falhas e para evitar o comprometimento dos serviços da Justiça.

Segundo o assessor especial da Corregedoria, juiz Frederico Tompson, o controle dos procedimentos administrativos em face de juízes tornou possível decisões em menor tempo possível. "Adotamos nossa planilha e, através dela, conseguimos todos os dados numéricos de procedimentos, tipos, varas, juízes, assessor responsável, situação e julgamento. Quando é aberto Processo Administrativo Disciplinar, identificamos o desembargador relator e acompanhamos até o julgamento", explicou.

**ASSESSORIAS APURAM FATOS QUE
ATENDEM CONTRA A CONDUTA FUNCIONAL
OU MORAL DE JUÍZES E SERVIDORES OU A
PRÁTICA DE ABUSOS QUE COMPROMETAM
A ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA**



Trabalho da Assessoria Especial foi desenvolvido com apoio da equipe

A Assessoria Especial também atuou com o Conselho Nacional da Justiça (CNJ), buscando antecipar todos os prazos de respostas. “É importante destacar que todo o trabalho é feito em equipe e, com isso, não perdemos nenhum prazo”, ressaltou Frederico Tompson. O setor também atuou na uniformização de procedimentos para agilizar as decisões; atualização dos contatos dos juízes para facilitar o trato direto com os magistrados, quando necessário, para abreviar os julgamentos e evitar Procedimentos Administrativos Disciplinares; elaboração de proposta de atos normativos para aprovação do corregedor geral e apreciação para o Órgão Especial; assessoria ao corregedor nas propostas de projetos de lei e suas emendas.

O juiz Frederico Tompson ainda atuou como juiz de cooperação perante o CNJ com os demais estados, para facilitar o cumprimento de cartas precatórias e recambiamento de presos, participa de comissão do CNJ para instalação do Processo Judicial Eletrônico para Corregedoria (PJeCor) nas diversas Corregedorias e participou da implantação do PJe na Corregedoria local para assessorias, corregedorias auxiliares, inclusive o extrajudicial. Também colaborou com eventos como os Encontro de Corregedores e o Fórum Nacional de Corregedorias, além de ter atuado

junto com a equipe de inspeção do CNJ em abril de 2019.

No que se refere a servidores, a Assessoria Técnica, cuja responsável é a Assessora Especial da Corregedoria, juíza Fernanda Chuahy, recebeu, nos últimos dois anos, 639 procedimentos prévios. Desses, em 188 foram instaurados Processos Administrativos Disciplinares, que resultaram em três demissões, três advertências, 14 repreensões, uma aplicação de multa e cinco suspensões.

Para a juíza Fernanda Chuahy, o foco do trabalho não é a punição. “Primeiro buscamos entender os fatos e orientar os serventuários, pois nosso objetivo é melhorar a prestação de serviço. Mas quando o problema requer uma conduta diferente, trabalhamos para corrigir a falha”, avaliou. Além disso, o setor também coordena os Núcleos de Apoio aos Juízes e de Vitaliciamento de Magistrados e atuou em projetos estratégicos da Corregedoria, como o Justiça Eficiente, o Programa Moradia Legal, o Leilão de Veículos e o Núcleo de Agilização de Processos da Meta 4. ◆



Segundo juíza Fernanda Chuahy, o objetivo do trabalho não é a punição



EFICIÊNCIA



JUSTIÇA EFICIENTE GARANTE APOIO PARA APRIMORAR GESTÃO EM UNIDADES JUDICIAIS

A medida buscou reforçar a prestação do serviço judicial em todo o Estado

JUSTIÇA
EFICIENTE



Criado para garantir apoio, capacitação e auxiliar as unidades a aprimorar a gestão processual e cartorária, o Programa Justiça Eficiente: conciliando gestão eficaz e cidadania, da Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco, ao longo de quase dois anos de sua criação, atuou em mais de 90 varas judiciais, localizadas em 28 comarcas de Pernambuco. A iniciativa, levada para unidades que apresentaram elevado acervo processual, integrou o plano de ações do corregedor geral, desembargador Fernando Cerqueira.

O Programa teve como objetivo reduzir a taxa de congestionamento do Estado e melhorar a prestação jurisdicional. No total, foram mais de 100 mil atos praticados, além de 9 casamentos coletivos que uniram mais de 800 casais, realizados em Vitória de Santo Antão, Arcoverde, Buíque, Surubim, Jaboatão dos Guararapes, Glória do Goitá, Belo Jardim, Gravatá e Bonito.

Segundo a juíza assessora especial da Corregedoria Geral da Justiça e coordenadora do Programa, Fernanda Chuahy, a iniciativa garantiu apoio emergencial às unidades que estavam sobrecarregadas, levando uma equipe de servidores treinados. "Além disso, o Justiça Eficiente também aproximou o cidadão da Corregedoria, através de ações conjuntas com associações civis que buscaram promover a cidadania", explicou.



Conciliando gestão eficaz e cidadania

O corregedor geral da Justiça, desembargador Fernando Cerqueira, acompanhou as atividades do programa em diversas comarcas e ressaltou o caráter de orientação e apoio da Corregedoria durante a ação. “O Justiça Eficiente buscou atuar junto aos magistrados e servidores para melhorar a qualidade do serviço realizado pelo Judiciário. Procuramos dar apoio ao maior número possível de unidades que estavam necessitadas”, destacou.

Para o juiz substituto da 2ª Vara Criminal de Paulista, Thiago Cintra, onde o Programa foi realizado, as unidades judiciais necessitam deste tipo de iniciativa que visa à baixa do acervo processual e da taxa de congestionamento. “É um amparo para o juiz, que, muitas vezes, se vê só para lidar com diversas situações de difícil solução sem o amparo do Tribunal”, esclareceu. A ação na unidade teve como foco os processos paralisados na secretaria, com estratégia de resolução das pendências e posterior arquivamento, além da realização de audiências de transação penal.

A iniciativa é brilhante, de acordo com a juíza Idiana Buenos Aires Cavalcanti, da Vara Criminal de Ipojuca, porque demonstra que a Corregedoria não está só preocupada em fiscalizar e cobrar, mas em detectar as deficiências e necessidades e, principalmente, em ajudar, com seus servidores, impactando no acervo e na taxa de congestionamento. “Ficamos extremamente satisfeitos, porque além de reduzir o acervo, que saiu de 4.054 para 3.789 em cinco dias que a Corregedoria esteve aqui, deixamos muitos processos engatilhados para arquivamento em pouco tempo, porque muitos atos foram praticados. A equipe do Justiça Eficiente foi muito focada e educada, tratou todos com urbanidade e educação. A atuação foi extremamente valorosa”, afirmou.

Entre os atos praticados pela equipe do Justiça Eficiente, estavam arquivamentos, remessas ao arquivo geral, juntadas de petição, conclusão, expedição de documentos, publicações de editais de intimação para contrarrazões das execuções fiscais, certidões trânsito em julgado e certidões de falta de pagamento das custas.



Ao longo de 2 anos, o Programa atuou em mais de 90 varas



Casamentos coletivos – Buscando aproximar a Corregedoria do cidadão, o Justiça Eficiente também promoveu ações voltadas para a cidadania, como 9 casamentos coletivos. Mais de 800 casais foram unidos em celebrações realizadas em Vitória de Santo Antão, Arcoverde, Buíque, Surubim, Jaboatão dos Guararapes, Glória do Goitá, Belo Jardim, Gravatá e Bonito.

“É inegável a importância da união ser reconhecida formalmente, além de trazer inclusão social, traz uma maior segurança jurídica para o casal”, asseverou o corregedor Fernando Cerqueira.

Os casamentos foram formalizados de forma totalmente gratuita. Para Zandramar Ruiz, secretária de Ação Social de Vitória de Santo Antão, muitos dos presentes não teriam outros meios de oficializar a união. “É de máxima importância porque a gente vem contribuir para a inclusão social. Vemos aqui a concretização de um sonho para muitos.”

Foi o caso de Maria Geane e Erisberto. Juntos há 6 anos, viram na oportunidade uma resposta divina para a sua situação. “Foi uma alegria para mim e para ela. Realizei mais um sonho na minha vida”, declarou Erisberto ao lado de sua noiva emocionada.

A juíza Maria Betânia Rocha, titular da 1ª Vara Cível da comarca, foi a responsável pela celebração do casamento em Vitória

de Santo Antônio. “O casamento tem como objetivo unir formalmente aqueles que já estão unidos emocionalmente”, pontuou a magistrada que finalizou afirmando que “para escolher crescer e amadurecer juntos, a pessoa que está ao seu lado deve estar com você em todos os momentos: bons ou maus”.

Em Glória do Goitá, o casamento coletivo formalizou a união de 424 pessoas. Através do Programa Justiça Eficiente, em parceria com a Secretaria de Defesa Social do Estado, também foram emitidos 100 Registros de Nascimento e 100 segundas vias de certidões gratuitamente.

Segundo a assessora especial da Corregedoria e coordenadora do Programa Justiça Eficiente, juíza Fernanda Chuahy, esta foi uma ação diferente das outras. “Desde o início tínhamos essa intenção de fazer parcerias com outros órgãos e conseguimos concretizar essa intenção, viabilizando para os cidadãos de Glória do Goitá e Chã Grande a emissão de registros de nascimento e segundas vias de certidões, por meio da parceria com a Secretaria de Defesa Social. O Justiça Eficiente está indo além, e como o próprio nome do programa diz, conciliando gestão e cidadania”, destacou.



Em Glória do Goitá, 424 pessoas formalizaram a união

A prefeita de Glória do Goitá, Adriana Paes, falou da importância do evento. "Proporcionamos a segurança jurídica do relacionamento oficializado. Isso é bom para todo casal. A Prefeitura tinha que abraçar essa causa. São pessoas que precisam. E o que vale é isso, o amor", enfatizou.

A oportunidade foi abraçada pelo autônomo Edjalma Barbosa da Silva Filho, 48 anos, e pela dona de casa Ana Cláudia Tenório da Silva, 35 anos. Com dois filhos e cinco anos de relacionamento, se preparavam para o casamento. "Ela soube da ação e me alertou. Daí, fiz o pedido. Estávamos nos preparando e aproveitamos o momento. Duas comemorações em um dia só, Dia dos Namorados e casamento", disse Edjalma ao lado de sua esposa, que, vestida de noiva, estampava a felicidade no rosto. "Realizei meu sonho. Agora me sinto completa e



realizada", enfatizou.

Já a dona de casa Edilza Maria de Souza esteve no local para tirar a segunda via da certidão de nascimento da filha e da sua certidão de nascimento. Separada recentemente e desempregada, não tinha condições de adquirir os documentos. "Não tinha dinheiro e estava precisando dessas certidões. Foi muito bom para mim. Aproveitei para resolver essas questões."

A iniciativa ainda envolveu um esforço concentrado para a realização de 126 audiências criminais, de processos em tramitação na Vara Única de Glória do Goitá, com a participação de três juízes, Marcos Tenório, Fernando Rapetti e André Simões, além da juíza da unidade, Sheila Cristina Torres Moreira, três promotores de Justiça e três defensores públicos. "A Corregedoria está fazendo um trabalho muito importante de cidadania, proporcionando o acesso da população a serviços como o casamento coletivo gratuito e a emissão de documentos, além de agilizar o andamento dos processos judiciais", afirmou a juíza Sheila Torres. ◆



Edilza Souza conseguiu a 2ª via da certidão de nascimento de sua filha em ação do Justiça Eficiente



**MAIS DE 800 CASAIS FORAM UNIDOS NOS NOVE
CASAMENTOS REALIZADOS PELO PROGRAMA**

PRESIDÊNCIA E CORREGEDORIA REALIZAM AÇÃO PARA REGULARIZAR SERVIÇO NA CENTRAL DE MANDADOS DO FÓRUM DO RECIFE

Com a iniciativa, cerca de 14 mil mandados foram distribuídos e, agora, a Cemando está com o serviço regularizado

A Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco e a Corregedoria Geral da Justiça realizaram uma ação para agilizar o trabalho na Central de Mandados (Cemando) do Fórum Desembargador Rodolfo Aureliano, na Ilha Joana Bezerra. A unidade passou por uma readequação estrutural e ainda ganhou reforço no quadro de servidores. Com a iniciativa, cerca de 14 mil mandados foram distribuídos e, agora, a Central está com o serviço regularizado.

Segundo a juíza corregedora auxiliar da 3ª Entrância, Sônia Stamford, após a Corregedoria receber algumas reclamações por não cumprimento de mandados pela

Cemando, foi realizada uma inspeção na unidade. “A carência de servidores e a forma como o trabalho estava sendo realizado resultou no acúmulo de mandados. Procurei a Diretoria do Foro, que traçou um plano de ações para agilizar o serviço na Central. Detectamos a necessidade da unidade se incorporar ao PJe e atuar com Malote Digital. O objetivo foi modernizar a Cemando. Fiz o acompanhamento, mas o trabalho foi desenvolvido pelo diretor do Foro, juiz Gleydson Lima, com a equipe”, explicou.

Para o chefe de secretaria da Cemando, Victor Coelho Perez, o mutirão realizado foi imprescindível.

“A demanda cresceu muito, ainda perdemos alguns servidores e outros saíram de férias. Com a iniciativa, primeiro, baixamos de quase 14 mil mandados não cumpridos para 3 mil e agora nossa unidade está em dia”, ressaltou.

De acordo com o diretor do Foro, juiz Gleydson Lima, o plano de ação foi desenvolvido em um mês e envolveu não apenas a distribuição dos mandados, mas também a reestruturação do local, com mudança de layout, aquisição de novos móveis e computadores para melhorar o ambiente de trabalho. “A Cemando é responsável pela distribuição de todos os mandados de 1º Grau do Fórum do Recife. Percebemos o aumento da demanda e entendemos a necessidade de colocar a unidade em dia, para dar mais celeridade à prestação jurisdicional. Colocamos como meta distribuir todos os mandados pendentes e adotamos as medidas necessárias para alcançar o resultado. Mas o sucesso da iniciativa só foi possível por causa do empenho dos servidores e o apoio do Sindicato dos Oficiais de Justiça”, enfatizou.

O corregedor geral da Justiça, desembargador Fernando Cerqueira, parabenizou a ação e salientou a atuação da Corregedoria como órgão não só de fiscalização, mas de apoio e orientação aos magistrados e servidores do Estado. “Buscamos um Judiciário ágil e eficaz e estamos alinhados a todas as iniciativas que busquem melhorar a prestação de serviço na Justiça”, concluiu.

Já o presidente do TJPE, desembargador Adalberto de Oliveira Melo, ratificou o compromisso da gestão em investir na formação dos integrantes do Judiciário pernambucano, bem como na melhoria de infraestrutura, com foco na plena prestação de serviço à sociedade. “Adotamos e incentivamos medidas com o objetivo de trazer o melhor atendimento à população. A Justiça tem de ser rápida, eficiente e eficaz, para garantir as respostas aos anseios da sociedade”, declarou. ◆

A UNIDADE PASSOU POR UMA READEQUAÇÃO ESTRUTURAL E AINDA GANHOU REFORÇO NO QUADRO DE SERVIDORES

SERVIÇO EXTRAJUDICIAL GANHA REFORÇO COM NOMEAÇÃO DE 50 NOVOS DELEGATÁRIOS

A medida buscou melhorar a prestação de serviço do Extrajudicial em todo o Estado

Mais de 50 candidatos aprovados no concurso para cartórios de notas e de registro foram investidos no cargo de delegatário pelo corregedor geral da Justiça, desembargador Fernando Cerqueira nos últimos dois anos. A medida buscou reforçar a prestação de serviço do Extrajudicial em todo o Estado.

A atividade notarial e registral é essencial para a população. Segundo o corregedor, os candidatos que tomaram posse no cargo de delegatário enfrentaram muitos desafios até a nomeação.

“Esse é o concurso, dentro da área jurídica, mais disputado de todo o Brasil. Uma profissão da mais alta credibilidade e respeitabilidade. Peço que trabalhem com responsabilidade, paciência e delicadeza com os usuários, com compromisso



com a lei e com a sociedade e tratando bem todos os cidadãos”, disse.

O juiz corregedor auxiliar do extrajudicial da Capital, Carlos Damião Lessa, e o juiz do extrajudicial do interior, Janduhy Finizola, participaram das posses dos novos delegatários. “Tenho certeza de que todos os empossados saberão dignificar a atividade”, assegurou Janduhy Finizola.



A ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL É ESSENCIAL PARA A POPULAÇÃO, SEGUNDO O CORREGEDOR FERNANDO CERQUEIRA

A delegatária Ana Maria de Albuquerque, que assumiu o cartório de Casinhas, destacou o compromisso em prestar um serviço de excelência. “Trabalhamos com o intuito de harmonizar todas as dificuldades com as necessidades da população”, pontuou.

A nova delegatária da Ilha de Fernando de Noronha, Elaine Dornelles, iniciou a atividade com muita expectativa. “Busco oferecer um serviço de qualidade já que se trata de uma atividade vital para a população. Acompanhamos a vida das pessoas do nascimento à morte. Tudo passa por um cartório”, concluiu. ◆

LEILÕES DE BENS APREENDIDOS REALIZADOS PELA CORREGEDORIA RESULTAM EM MAIS DE 600 VEÍCULOS ARREMATADOS



Leilão JUDICIAL

A medida busca evitar a deterioração de bens constritos judicialmente, o que gera a desvalorização e onera a guarda, com prejuízo às partes

Mais de 600 veículos, objetos de processos criminais em trâmite no Poder Judiciário estadual, foram arrematados nos leilões realizados pela Corregedoria Geral da Justiça, através do Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais. A medida buscou evitar a deterioração de bens constritos judicialmente, o que gera a desvalorização e onera a respectiva guarda, com prejuízo às partes.

A realização dos leilões também reduz as dificuldades enfrentadas pelo Poder Judiciário para a obtenção de locais para armazenamento dos veículos e o custo elevado para manutenção dos bens apreendidos. Além disso, envolve questão de segurança dos fóruns, magistrados e servidores.

Os leilões começaram a ser realizados pela atual gestão da Corregedoria em outubro de 2018. O procedimento está fundamentado na Portaria nº N° 266/2018 da CGJ-PE, que instituiu o Comitê Gestor de Bens Apreendidos em Procedimentos Criminais com competência para supervisionar e dar suporte administrativo aos diretores de foro para ajudar na descontaminação de fóruns e depósitos judiciais com a alienação total dos veículos que não tenham vinculação com processo judicial, bem como daqueles que não tiverem sua identificação possível e estejam custodiados nos pátios dos fóruns, depósitos judiciais ou delegacias.

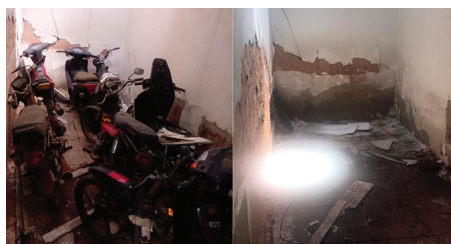
Para a execução do procedimento, cinco leiloeiros foram credenciados e habilitados nas 20 circunscrições judiciárias do estado de Pernambuco, de acordo com o Edital Público nº 01/2018, publicado no DJE de 03/12/2018. No primeiro leilão, foram alienados veículos das Comarcas de Serra Talhada e Custódia, totalizando 85 veículos arrematados. Também foram alienados veículos das Comarcas de Serra Talhada, Custódia, Olinda, Recife e Taquaritinga do Norte, totalizando 61 veículos arrematados.

Outro leilão foi realizado com veículos das Comarcas de Serra Talhada, Custódia, Recife, Olinda, Taquaritinga do Norte, Glória do Goitá e São José do Belmonte. Foram arrematados 156. O terceiro leilão foi realizado com



veículos das Comarcas de Custódia, Glória do Goitá, Iati, Olinda, São José do Belmonte, Serra Talhada e Taquaritinga do Norte, no qual foram arrematados mais de 150 veículos.

Ainda foram leiloados veículos da Delegacia de Arcoverde e um veículo da Comarca de Sertânia, totalizando 69 veículos arrematados. Segundo a assessora especial da Corregedoria Geral da Justiça, juíza Fernanda Pessoa Chuahy de Paula, a CGJ-PE está estimulando os juízes a manterem a prática dos leilões dos veículos apreendidos como rotina cartorária permanente. “Visamos à preservação do valor dos mesmos, bem como a redução dos custos de depósitos judiciais. E tem dado certo”, acrescentou. ◆



SALA DE CONTROLE EM TEMPO REAL AMPLIA CAPACIDADE DE MONITORAMENTO DE UNIDADES JUDICIAIS PELA AUDITORIA DE INSPEÇÃO

A unidade conta com 20 auditores, que atuam no controle direto dos processos paralisados e pendentes de baixa e arquivamento

Uma Sala de Controle em Tempo Real foi implantada pela Corregedoria Geral da Justiça para monitoramento virtual dos processos das 503 unidades judiciais do Estado. A sala, vinculada à Auditoria de Inspeção, conta com 20 auditores, que atuam no controle direto dos processos paralisados e pendentes de baixa e arquivamento há mais de 100 dias em todas as unidades judiciais de primeira instância e Juizados Especiais.

Através da iniciativa, cada auditor fica responsável em monitorar todas as unidades judiciais do 1º grau de

jurisdição, inspecionando pelos sistemas disponíveis (SiCor, TJPEReports, TJPEMetas, Judwin e PJ-e). A iniciativa teve como finalidade a concretização do preceito constitucional da razoável duração do processo, salvaguardando o direito fundamental do cidadão. Por meio da medida, 100% das unidades judiciais de 1º Grau foram monitoradas virtualmente, sendo promovidas 66.780 atividades no exercício dessa atividade.

Cada auditor da Corregedoria está apto a desenvolver atividades de correição, inspeção, diligências, auditoria de documentos, monitoramento virtual de processos, emissão de parecer e planos de ação, bem como atividades da área meio nos programas como o Justiça Eficiente. Quase 420 mil processos críticos monitorados pela Sala de Controle foram

QUASE 420 MIL PROCESSOS CRÍTICOS MONITORADOS PELA SALA DE CONTROLE FORAM IMPULSIONADOS DESDE JANEIRO DE 2019



impulsionados, desde janeiro de 2019, quando a unidade foi criada.

Segundo o chefe da Auditoria de Inspeção, Jorge Pedroso, o monitoramento virtual possibilitou o melhor uso dos recursos humanos disponíveis e o aperfeiçoamento do acompanhamento das unidades judiciais. “Podemos atuar em diversos programas, como o Justiça Eficiente e a Semana de Autoinspeção. Observando as metas e objetivos estabelecidos pela atual gestão, traçamos estratégias para garantir um trabalho de mais qualidade, que impacta positivamente a prestação jurisdicional”, destacou.

Na 1ª Entrância, foram realizados 17.295 monitoramentos promovidos por meio da Sala de Controle, além de 1.056

atividades relacionadas a Regimes Especiais e diligências gerais. Já na 2ª Entrância, 29.782 atividades de monitoramento das atividades judiciais foram desenvolvidas pela Auditoria de Inspeção através da Sala de Controle e 1.154 correções e inspeções. Na 3ª Entrância, foram 581 atividades desenvolvidas pelos auditores de inspeção relacionadas ao Justiça Eficiente, 18.499 atividades de monitoramento virtual de unidades e 4.377 trabalhos relacionados a Regimes Especiais e diligências gerais. E, por fim, no Extrajudicial, foram desempenhadas 721 atividades, entre diligências, correções e inspeções.

Seleção – Nesta gestão, a Corregedoria também promoveu seleção para provimento da função gratificada de auditor de inspeção, que resultou na aprovação de dois candidatos para vaga de titular da Auditoria de Inspeção e 1 para o cargo de suplente. ◆

CGJ PREVÊ MECANISMOS DE CONTROLE SOBRE AS ATIVIDADES DE MAGISTÉRIO POR MAGISTRADOS

Portaria buscou uniformizar a matéria no âmbito do Poder Judiciário

A Corregedoria Geral da Justiça de Pernambuco publicou a Portaria nº 164/2018, que estabelece mecanismos de controle sobre as atividades do magistério exercidas pelos magistrados integrantes do TJPE. A medida buscou uniformizar a matéria no âmbito do Poder Judiciário estadual, de acordo com o disposto na Lei Complementar nº. 35/79 (Loman).

Aos magistrados é vedado o exercício, ainda que em disponibilidade, de outro cargo ou função, salvo o de magistério. O exercício da docência, entretanto, pressupõe compatibilidade entre os horários fixados para o expediente forense e para a atividade acadêmica, o que deve ser comprovado perante o Tribunal.

Cargos ou funções de coordenação acadêmica, como são considerados aqueles que envolvem atividades estritamente ligadas ao planejamento e/ou assessoramento pedagógico, são admitidos segundo alguns requisitos previstos na Portaria. É vedado o desempenho de cargo ou função administrativa ou

técnica em estabelecimento de ensino, com exceção das funções exercidas perante a Escola Judicial, associações de classe ou fundações estatutariamente vinculadas a esses órgãos e entidades.

O magistrado precisa comunicar à Corregedoria o exercício ou não de qualquer atividade docente, com a indicação da instituição de ensino, do horário e disciplina ministrada, bem como a carga horária semanal. As informações devem ser renovadas semestralmente, devendo o magistrado promover periodicamente a sua atualização, caso haja modificação de instituição, disciplina ou carga horária.

Os juízes que não exercem qualquer tipo de docência devem ratificar a informação anualmente. As atividades de coaching, similares e congêneres, destinadas à assessoria individual ou coletiva de pessoas, inclusive a preparação de candidatos para concursos públicos, não são consideradas atividade docente, sendo vedada a sua prática por magistrados. ◆

CORREGEDORIA E ASSOCIAÇÕES DE NOTÁRIOS E REGISTRADORES LANÇAM FASCÍCULOS ATUALIZADOS SOBRE SERVIÇOS EXTRAJUDICIAIS

A novidade ficou por conta do fascículo de Registro de Imóveis



Para fomentar nos universitários o estudo do Direito Notarial e de Registros Públicos, a Corregedoria Geral da Justiça em parceria com as Associações de Notários

e Registradores de Pernambuco lançaram, nesta gestão, versões atualizadas dos fascículos Conhecendo o Serviço Extrajudicial. As publicações apresentam as atividades desempenhadas pelos cartórios do Estado.

Além das versões atualizadas das quatro publicações que tratam sobre Tabelionato de Protestos, Tabelionato de Notas, Registro Civil das Pessoas Naturais, Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas, a novidade ficou por conta do lançamento do fascículo que aborda o Registro de Imóveis. O livro trouxe várias questões relativas às principais atividades desenvolvidas nos Registros de Imóveis, por meio de perguntas e respostas.

A primeira edição dos fascículos foi lançada em 2016 pelo então corregedor Eduardo Paurá, que buscou, através do projeto, ampliar o conhecimento sobre o



Direito Notarial e de Registro Público não só dos estudantes do direito, mas também de magistrados que estavam iniciando a carreira e de funcionários dos cartórios que não tiveram acesso às informações nas faculdades onde estudaram.

“Pensava em uma forma simples de proporcionar uma consulta rápida e eficiente para aqueles que atuam nas serventias, acessando os atos mais atualizados sobre o tema. Ajudando, desta forma, na prestação de um serviço mais eficiente”, avaliou o desembargador Paurá.

As atividades notariais e de registro desempenhadas pelos cartórios são serviços públicos exercidos por delegatários concursados e fiscalizados pelo Poder Judiciário através da Corregedoria Geral da Justiça. Segundo o corregedor geral da Justiça, desembargador Fernando Cerqueira, hoje, mais de 60% do trabalho da Corregedoria é voltado para as atividades extrajudiciais. “Por muito tempo, o Judiciário não tomou conhecimento do serviço extrajudicial, uma atividade

importantíssima para a população. E, atualmente, buscamos atuar em parceria com notários e registradores a fim de proporcionar uma melhor prestação de serviço para as pessoas”, pontuou.

Para a assessora especial da Corregedoria e coordenadora do projeto, juíza Fernanda Chuahy, os serviços extrajudiciais são uma importante forma de desjudicialização. “A ausência da disciplina obrigatória nas instituições de ensino para estudantes de direito acaba impactando na forma como os alunos enxergam as soluções dos litígios. Esses fascículos servem de fonte de consulta e pesquisa acessível, contendo provimentos locais e atos normativos do CNJ, além de modelos práticos para utilização pelos futuros bacharéis”, explicou.

O presidente da Associação de Registradores de Imóveis de Pernambuco (Aripe), Roberto Lúcio, ressaltou que o serviço extrajudicial funciona como ferramenta de pacificação social. “Quando bem executado, o serviço entrega segurança jurídica para a população. E o que esperamos é que esse material auxilie no conhecimento sobre essa atividade e seja o despertar de interesses e questionamentos por parte dos estudantes. Os fascículos são didáticos e completos e foram escritos de maneira atraente e prática”, disse.

Os fascículos estão disponíveis em PDF no site da Corregedoria: www.tjpe.jus.br/corregedoria . ◆

FISCALIZAÇÃO EM SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS BUSCA MAIOR EFICIÊNCIA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO À POPULAÇÃO

No total, foram mais de 100 inspeções realizadas sob a ótica da prevenção de problemas

O trabalho de fiscalização realizado pelas Corregedorias Auxiliares do Extrajudicial da Capital e do Interior nesta gestão teve como foco uma maior eficiência na prestação do serviço à população, através de ações, sobretudo, orientadoras. No total, foram mais de 100 inspeções realizadas sob a ótica da prevenção de problemas.

Na Capital, foram realizados 32 relatórios de inspeção. Foram abertos 25 Processos Administrativos Disciplinares (PADs) contra oficiais de cartório, entre eles, o 5º de Registro Civil da Capital, que resultou em perda de delegação. O processo ainda não transitou em julgado. Também foram respondidas 61 consultas, formuladas por oficiais delegatários, usuários e órgãos de classe, que servem para linearizar os procedimentos no âmbito do Extrajudicial.

“O trabalho visou a orientação dos responsáveis pelas serventias extrajudiciais e seus respectivos prepostos, para o aprimoramento na prática dos atos cartorários,



Na Capital, foram realizados 32 relatórios de inspeção

sem deixar de fora o empenho efetivo e constante da Corregedoria Extrajudicial na fiscalização dos serviços, vertida essa fiscalização em especial para que fosse alcançada uma prestação de serviços eficiente e célere, e sem fraude, prestada com gentileza e urbanidade para com os usuários dos mesmos”, disse o juiz corregedor auxiliar do Extrajudicial da Capital, Carlos Damião.

A Corregedoria Auxiliar do Extrajudicial do Interior, dentro do papel fiscalizador que desempenha, observou as serventias que percebiam acima do teto constitucional. Foram 84 inspeções realizadas nos últimos dois anos. O objetivo foi fazer cumprir, efetivamente, o disposto na Instrução Normativa Nº 13/2010 do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco e a Resolução Nº 45/2015 do Conselho Nacional de Justiça, buscando sempre evitar o desrespeito às normas limitadoras do teto constitucional.

As inspeções também apuraram se os responsáveis pelas serventias vagas estavam efetivando os devidos recolhimentos aos cofres públicos. No total, 22 Processos Administrativos Disciplinares contra oficiais de cartório foram abertos pelo Extrajudicial do Interior. Diversas interinidades também foram revistas e os interinos tiveram sua situação fática adequada às normas de regência.

“É inerente ao processo de aprendizagem do ser humano a

NA CAPITAL, 25 PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES CONTRA OFICIAIS DE CARTÓRIO FORAM ABERTOS E, NO INTERIOR, FORAM 22 PADS



No Interior, mais de 80 inspeções foram feitas

ocorrência de falhas e com a prestação do serviço extrajudicial não é diferente, até porque, do outro lado do balcão da serventia existe uma pessoa passível de erros como qualquer outra, contudo, estes erros não podem esconder desvios de finalidade ou atentado ao interesse público. Quando isso aconteceu e foi feita a devida comunicação, os fatos foram apurados com a maior profundidade e aqueles que se distanciaram da legislação de regência foram repelidos de forma exemplar”, esclareceu o juiz corregedor auxiliar do Extrajudicial do Interior, Janduhy Finizola. ◆

QUEM FAZ A CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GESTÃO DO DESEMBARGADOR FERNANDO CERQUEIRA NORBERTO DOS SANTOS
Biênio | 2018-2020

Acácia Tavares de Souza

Adelma Maria Guedes Santos

Adriana Campos Silva

Adriana Cristina dos Santos Silveira

Adriana Henrique de Andrade

Adriano Santiago Torres

Alan Almeida Pinheiro Teles

Alda Nery da Fonseca Padilha

Alexandre José Cavalcanti de Moura

Ana Lúcia de Azevedo Felix

Ana Neide Leite

Anderson Tenório Vieira

Andrea Santana

Antônio Otávio Pereira Neto

Arlindo C. dos Santos Sobrinho

Ayla Francisca Andrade de Queiroz

Bruna Borba Emery

Bruna Larissa Maria de Araújo

Carlos Antônio Lima de Andrade

Carlos Frederico Lundgren

Carlos Frederico Fragoso Correia

Carlos Henrique Ferreira da Rocha

Cíntia Liberato Pereira da Silva

Cláudia Mascarenhas Leite

Cleane Maria Carolina de Santana

Cristina Jordão de Araújo Pereira

Daniel da Silva Belo

Daniela Souza de Mascena

Danielle Amália Silva

Diana Alice de A. Cavalcanti Padilha

Diana Cecília B. C. de Araújo

Diana Moreira de Brito Sousa

Diogo Roberto Vera Medeiros

Eduardo de Miranda

Elizangela M^a C. de O. Andrade

Emanuel Felipe dos Santos Lima

Enéas Costa Duarte

Érick Marçal Garcia

Etiene Maria Gomes Chagas





Fabiana Karla de França Lopes

Felipe Pereira da Silva

Fernando Reilhe Campos Leite

Flávio Fernando B. M. de Andrade

Giovanna Tenório Santos

Glória Maria de Câmara L. Cavalcanti

Guilherme José Ribeiro Nogueira

Hadriel Nogueira de Carvalho

Hélen Trajano de Moura

Ieda Soares de Albuquerque

Ivens Leonidas Ramos

Ivone Maria Carneiro Monteiro

Izaías Silva de França

Jaime Barbosa da Fonseca

Jair Rocha de Oliveira Filho

João Alfredo Caúla

João Carlos Gonçalves Cavalcanti

João Paulo Nery dos Santos

Joezil dos Anjos Barros

Jorge Luis de Arruda Raposo

José Artur Rabelo Maciel

José Carlos Alves Bachmann

José Carlos dos Santos Júnior

José Francisco da Silva

Jose Maria de Farias Neto

José Ricardo Aranha de Oliveira

Josefa Maria de Santana (Jô)

Jozival Claudino da Silva

Karla Morgana Torres de Godoi

Keylla Patrícia Lafayete Goes

Kira Alves Silva Castelar

Leilson Souza Dias

Lina Maria Gomes dos Santos

Liza Moura de Queiroz Figueiredo

Luciana C. da Costa Lima Oliveira

Luiz Alexandre Barbosa de Pontes

Maiza Fernanda de Freitas

Major-PM Wagner Ximenes Ferreira

Marcela Fabrícia Siqueira da Silva

Marcelle Valença Neves Baptista

Márcia Arlinda da S. Bento de Paiva

Márcia Lorena Oliveira da Silva

Marcos Antônio Alves Rangel

Marcos Antônio H. do Nascimento

Marcos Antônio Peixoto de Oliveira

Margareth Guerra de Moura

Maria Isabel Freitas da Silva

Maria Auxiliadora de Sousa Arruda

Maria Cândida Nejaím B. Melo Vita

Maria Célia Gomes Vasconcelos

Maria de Fátima Barreto da Costa





Maria de Fátima da Silva Soares

Maria de Fátima Dias Coelho

Maria de Fátima Falcão de Andrade

Maria de Fátima Marques da Silva

Maria do Carmo de Melo Santos

Maria do Rosário Nobre Guaraná

Maria dos Prazeres Ramos da Silva

Maria Emília N. e Silva Vasconcelos

Maria Fernanda Santos Siqueira

Maria Helena V. Advíncula

Maria Karla V. Dias P. da Costa Leite

Maria Simone Nascimento Carreiro

Mariza Pimentel de A. Melo

Marlene Carneiro Cândido

Miriam Veras Borba

Natalie Estrela P. de Oliveira Jesus

Nathalia Fontenele Lima

Nildo Alves do Couto

Ozaneide Cavalcanti de Melo

Patrícia Anne de Carvalho Figueredo

Paulo Roberto G. Pereira Mesquita

Paulo Tenório dos Santos

Pedro Henrique Pereira de Queiroz

Petrus Giovanni Costa de Araújo

Priscilla Gonçalves Duarte de Melo

Ramon Gomes de Lima Miranda

Rebeka de Queiroga Maciel

Rebeka Kreibich Batista da Silva

Ricardo Augusto P. Nascimento

Rodolfo H. Klostermann Antunes

Rodrigo de M. Cavalcanti de Lima

Rogério Lúcio Barreto dos Passos

Rômulo Lacerda Dantas

Rosaly Tiago Vasconcelos

Roseane Magda A. Lima Carvalho

Sérgio Ricardo M. de Araújo França

Sueli Ramos Maciel

Sylvia de Barros e Silva

Talyta Roméria Nóbrega Borja Melo

Tárcisio de Freitas Moraes

Tereza Cristina Nobre de S. Moura

Thaís Monteiro de Souza Barbosa

Thaysa Clementino Alves

Tibéria Bonifácio de Lima

Túlio Félix Silva Oliveira

Valéria Perpétua Evaristo Teixeira

Valmir Wagner de Freitas Silva

Vicente Luiz Pereira da Silva

Wanderley Destefani

Zoraide da Silva Monteiro

Zuleide Barbosa Martins



**CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**



**PODER JUDICIÁRIO
DE PERNAMBUCO**

